

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Osíria Fernandes

**INTERVENÇÃO POLÍTICO RELIGIOSA DE UMA ESCOLA DO INTERIOR
PAULISTA: COLÉGIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DE ITU (1889 -1930)**

SOROCABA / SP

2017

Osíria Fernandes

**INTERVENÇÃO POLÍTICO RELIGIOSA DE UMA ESCOLA DO INTERIOR
PAULISTA: COLÉGIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DE ITU (1889 -1930)**

Dissertação apresentada à banca examinadora do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vânia Regina Boschetti

SOROCABA / SP

2017

Ficha Catalográfica

F41i Fernandes, Osíria
Intervenção político-religiosa de uma escola do interior paulista:
Colégio Nossa Senhora do Patrocínio de Itu (1889-1930) / Osíria
Fernandes. -- 2017.
64 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Regina Boschetti
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de
Sorocaba, Sorocaba, SP, 2017.

1. Educação - Itu (SP) - História. 2. Educação – Aspectos
religiosos. 3. Política e educação. 4. Colégio Nossa Senhora do
Patrocínio - Itu (SP) - História. I. Boschetti, Vânia Regina, orient. II.
Universidade de Sorocaba. III. Título.

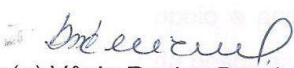
Osíria Fernandes

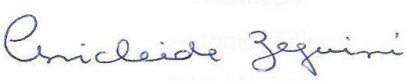
**INTERVENÇÃO POLÍTICO RELIGIOSA DE UMA ESCOLA DO INTERIOR
PAULISTA: COLÉGIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DE ITU (1889 -1930)**

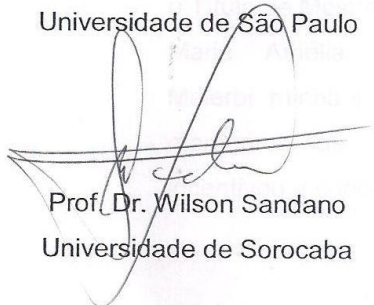
Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre no
Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: 21 / 02 / 2017

BANCA EXAMINADORA:


Prof.(a) Dr.(a) Vânia Regina Boschetti (Orientadora)
Universidade de Sorocaba


Prof.(a) Dr.(a) Anicleide Zequini
Universidade de São Paulo


Prof. Dr. Wilson Sandano
Universidade de Sorocaba

Dedico este trabalho a quatro pessoas:

Maria Aparecida Moya, pelo incondicional apoio e acompanhamento na elaboração da pesquisa.

Keli Rocha, pela amizade, dedicação e total apoio para a conclusão desta dissertação.

Antonio Olímpio Alberto Venâncio, meu falecido esposo, pelo incentivo para obter o Título de Mestre.

Maria Amélia Fernandes Marcondes Malerbi, minha irmã, que me suportou em momentos de dor da perda e me incentivou a concluir o Mestrado.

RESUMO

Por meio de pesquisa historiográfica baseada em levantamento bibliográfico, da análise dialética e de outras fontes de pesquisa, como os trabalhos de Saviani, Bellucci, Souza e Cunha, da contextualização de trabalhos produzidos por outros pesquisadores e autores sobre o tema, esta dissertação busca trazer à luz as raízes religiosas das práticas educativas no Brasil durante o período que vai de 1889 a 1930. Tal corte temporal remete ao período de transição do modelo de educação importado da França, no século XIX, para o do ideário do Estado laico republicano estabelecido no país a partir da Constituição de 1891, em que se preconizava uma educação mais ampla e integral e desvinculada da religião oficial. O campo de análise escolhido parte da chegada da Ordem de São José de *Chambéry* ao Brasil e tem como objeto de estudo a atuação da Madre Teodora Voiron, superiora da Congregação, a partir da fundação do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio de Itu/SP, cidade tida como o “berço da República”, e sua influência sócio-político-educativa no cenário nacional. A pesquisa aborda as raízes da educação confessional brasileira baseada na religião católica, que se diferencia em princípios, objetivos e formato das escolas laicas ou “progressistas” estabelecidas durante a Primeira República (1889-1930), que preconizam as finalidades sociopolíticas da educação e separação entre Estado e Igreja. Em análise mais aprofundada, o estudo traz dados históricos que revelam que os princípios do ensino confessional estão intrínsecos e perpetuados nas práticas sociopolíticas dos atuais agentes do poder, em todas as suas esferas. Este resgate histórico contribui para ratificar que a educação e os espaços educativos foram e continuam a ser objeto de disputas no campo social e econômico, onde reside a transição permanente do poder.

Palavras-Chave: Educação Confessional. Educação e Política. Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. Madre Maria Teodora Voiron.

ABSTRACT

By means of historiographic research based on a bibliographical survey, from the dialectical analysis and of other sources of research, such as the works of Saviani, Bellucci, Souza and Cunha, from the contextualization of works produced by other researchers and authors on the theme, this dissertation seeks to bring to the Light the religious roots of educational practices in Brazil during the period from 1889 to 1930. Such a time cut refers to the period of transition from the model of education imported from France in the nineteenth century to that of the ideology of the republican secular state established in the country Since the Constitution of 1891, which advocated a broader and integral education and unrelated to the official religion. The field of analysis chosen dates from the arrival of the Order of Saint Joseph of *Chambéry* to Brazil and has as object of study the work of Mother Theodora Voiron, Superior of the Congregation, from the foundation of the College Our Lady of Patrocínio de Itu / SP, city Considered as the "cradle of the Republic", and its socio-political-educational influence on the national scene. The research addresses the roots of Brazilian denominational education based on the Catholic religion, which differentiates itself in the principles, objectives and format of the secular or "progressive" schools established during the First Republic (1889-1930), which advocate the socio-political aims of education and separation Between State and Church. In further analysis, the study brings historical data that reveal that the principles of confessional teaching are intrinsic and perpetuated in the sociopolitical practices of the current agents of power in all spheres. This historical rescue contributes to ratify that education and educational spaces have been and continue to be the object of disputes in the social and economic field, where the permanent transition of power resides.

Key Words: Confessional Education, Education and Politics, Nossa Senhora do Patrocínio College, Mother Maria Teodora Voiron.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Bispo Dom Antônio Joaquim de Melo	11
Figura 2 - Praça de Martouret, na Cidade de Puy, onde foram mortas as primeiras mártires das religiosas de São José de <i>Chambéry</i>	24
Figura 3 - Madre Maria Teodora Voiron	34
Figura 4 - Vista aérea da praça regente Feijó (Largo do Patrocínio) e do colégio Nossa Sra. do Patrocínio.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A QUESTÃO EDUCACIONAL CONFESSIONAL NO BRASIL.....	14
2.1 Raízes do ensino jesuítico no Brasil.....	17
2.2 A educação de mulheres por ordens católicas.....	20
2.3 A congregação das irmãs de São José	23
2.4 Outras experiências	25
3 A PRESENÇA DA ORDEM DE SÃO JOSÉ DE CHAMBÉRY NO BRASIL E O TRABALHO EM ITU	27
3.1 A cidade de Itu	28
3.2 O trabalho da congregação das irmãs de São José em Itu	31
3.3 Os intramuros do colégio Nossa Senhora do Patrocínio	36
3.4 Transformações sociopolíticas que afetaram o colégio	40
4 O LEGADO DE MADRE MARIA TEODORA VOIRON	43
4.1 O papel de Madre Teodora na educação	44
4.1.1 Obstáculos ao trabalho de Madre Teodora	45
4.1.2 As mulheres formadas pelas Irmãs de <i>Chambéry</i>	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
ANEXOS	64

1 INTRODUÇÃO

Dedicar-se à história da educação é um processo desafiador, contínuo e inacabado, que requer rigor científico, especialmente em função das variantes da realidade social dentro de cada período histórico avaliado. Portanto, seria inatingível a pretensão de esgotar ou concluir definitivamente, por meio desta pesquisa, o debate sobre a educação confessional no Brasil, sobretudo porque a instituição escolar, pode-se dizer, é mutante, enquanto resultado das constantes transformações sociais advindas da evolução do próprio homem (OLIVEIRA, 2004).

A educação, num conceito amplo, tem dentro de si a escolarização e suas interfaces com a família, o grupo de amigos, a mídia e as instituições sociais em geral. A educação escolar, por sua vez, é um ato que se dá no coletivo, não no individual. Por isso, há uma necessidade de se compreender a origem deste processo educacional e suas implicações – diretas e indiretas – na vida cotidiana, já que as sociedades capitalistas modernas são fruto dos processos de diferenciação econômica, política e cultural deflagrados por três revoluções: a Industrial (Inglaterra, século XVIII); a Democrática (França, 1789); e a Educacional, “que enraizada no Iluminismo (século XVIII), somente se completa na Europa do século XX” (OLIVEIRA, 2004).

No Brasil Colonial, *vis a vis* à modernidade a opéia, estabeleceu-se a herança cultural ibérica através da Igreja Católica com a chegada da Ordem dos jesuítas em 1549, que sob a inspiração da Contra Reforma, foi responsável pela catequização indígena e pela educação da elite colonizadora [...] preocupados com a difusão da fé e com a educação de uma elite religiosa, os jesuítas criaram um sistema educacional que, em última instância, fornecia aos elementos das classes dominantes uma educação clássica e humanista como era o ideal europeu da época [...] Sem a concorrência do protestantismo e com as injunções políticas e econômicas da condição colonial, a educação jesuítica reproduziu no Brasil o espírito da Idade Média, com o aprisionamento do homem ao dogma da tradição escolástica, a sua submissão à autoridade e à rígida ordenação social, avesso ao livre exame e a experimentação. Em contraste, portanto, ao homem de livre-pensamento, de visão igualitária e a opéia associativo, confiante no conhecimento como instrumento de transformação do mundo natural. Por outro lado, afirma Albuquerque (1993 p.18), o projeto educacional jesuítico obteve resultados significativos, tais como: “a transmissão de uma educação homogênea – mesma língua, mesma religião, mesma visão de mundo, mesmo ideal de ‘homem culto’, ou seja, letrado e erudito – plasmando, de norte a sul, uma identidade cultural; a catequese como processo de aculturação, embora destrutiva, de filhos de colonos e órfãos, trazidos de Portugal, com meninos índios e mestiços, elidindo a distinção de raças e dissolvendo costumes não europeus; a contraposição da escola e da Igreja à autoridade patriarcal da casa-grande”. (OLIVEIRA, 2004, p. 946).

De acordo com Freire (2011, p. 96-97):

[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. [...]. Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista “pela metade”.

Assim sendo, o presente estudo teve como motivação analisar as questões e intervenções políticas que permearam o sistema educacional brasileiro e o elo entre o ensino confessional e o “progressista” laico, a partir da educação feminina no Brasil, especificamente àquela ofertada pelo Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, fundado pela congregação francesa de São José de *Chambéry* na cidade de Itu, no Estado de São Paulo, no ano de 1859 (FREIRE, 2011).

O interesse pela pesquisa acadêmica surgiu por duplo motivo: uma visita à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, fundada em 13 de novembro de 1820, no município de Itu, e, o conhecimento de um vídeo institucional sobre a história da Madre Maria Teodora Voiron, tida como baluarte da Congregação de São José de *Chambéry* no Brasil, tamanha as virtudes e empenho na formação da educação feminina modelo para o século XIX (FREIRE, 2011).

O município de Itu ganhou notoriedade na política e fez da educação um instrumento dela, buscando na França um modelo para a educação de mulheres. Madre Teodora, uma freira francesa, venceu os obstáculos culturais a ponto de tornar-se modelo e referência.

O Colégio do Patrocínio, na cidade paulista de Itu, foi fundado no episcopado do primeiro bispo brasileiro e paulista, D. Antônio Joaquim de Melo, cuja diocese compreendia toda a Província de São Paulo, o sul da Província de Minas e toda a Província do Paraná. Com poucos recursos e com a ajuda de alguns amigos, adaptou a Igreja do Patrocínio para colégio e escreveu a *Chambéry*, na França, pedindo a vinda de religiosas da Congregação de São José para montarem e dirigirem o colégio que foi solenemente inaugurado a 13 de novembro de 1859, dia de Nossa Senhora do Patrocínio (ZVEIBIL, 2000, p. 169).

A educação confessional no Brasil, como aquela introduzida pelas irmãs de São José, possui raízes e motivações que determinam o papel da mulher, educando-a dentro dos princípios religiosos, formando-a para desempenhar as funções de mãe e esposa (CUNHA, 1999).

Ao final do período do Império o ensino religioso já apresenta sinais de desgaste e descompasso, e a instalação da República trazia uma nova concepção de educação que, de certo modo, favoreceu a transição do ensino religioso católico para o ensino laico e público destinado a todas as crianças em idade escolar (CUNHA, 1999).

Neste sentido, foi de grande valia a leitura do livro “A educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista”, de Casemiro dos Reis Filho (1995), que ao retratar a intervenção do estado paulista na educação, registra que:

Foi no período de 1890-1896, em São Paulo, que o regime republicano-liberal-democrático procurou implantar uma estrutura de ensino público capaz de consolidar a construção de um Estado democrático. [...] Esforço esse que perdurou enquanto se manteve a crença no papel da educação como instrumento de reforma política (REIS FILHO, 1995, pp. 9-10).

Avançando no levantamento das bibliografias percebe-se ainda mais a vinculação dos representantes dos interesses políticos de grupos urbanos e agrários (que formavam as chamadas oligarquias ituanas, compostas por senhores de engenho), com a Igreja Católica (religião oficial), personificada pelo bispo Dom Antônio Joaquim de Melo conforme mostra a Figura 1, que teria sido o responsável pela implantação, em Itu, da congregação francesa das Irmãs de São José de *Chambéry*, a qual pertencia Madre Teodora. O espírito próprio da época de aliar ação catequética com ação educativa na perspectiva dos interesses dos segmentos sociais considerados de maior expressão.

Figura 1 - Bispo Dom Antônio Joaquim de Melo.



Fonte: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Histórias dos Bispos e Arcebispos**. Disponível em: <http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-antonio-joaquim-de-melo>. Acesso em 16 out. 2016.

Este suporte da oligarquia ituanana e da igreja contribuiu para que o sistema de ensino proposto pelas Irmãs de São José fosse aceito, fazendo com que o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio funcionasse até 1970, baseado nos mesmos princípios que marcaram “[...] o entrecruzamento de forças sociais: a Igreja, a oligarquia e o Estado, que estabeleciam uma educação conservadora e através dela, a visão ultramontana romântica do mundo” (CUNHA, 1999, p. 14).

O ultramontanismo foi uma orientação política desenvolvida pela igreja após a Revolução Francesa, uma recusa do contato com o mundo moderno, sendo este alicerçado pela liberdade de consciência e legitimar o poder político ao povo. O mundo moderno se recusava a se dobrar a doutrina católica, fortalecendo a mediação entre as classes, e para sua sobrevivência, promoveu a reunião da igreja com o estado, acreditando que a salvação da sociedade estava a recristianização do mundo (CUNHA, 1999).

É esta visão ultramontana que, segundo Sapaterra (2012, p. 57) é atribuído à Madre Teodora um traço particular de providencialismo, ou seja, a resignação e o conformismo diante das mazelas e adversidades da vida, além de uma visão repressora e negativa das relações de afeto e sexualidade, revelando-lhe vícios privados em detrimento de suas virtudes públicas.

[...] a existência dos colégios, internatos e semi-internatos instalados nas cidades atendiam em grande parte às elites agrárias. Dessa forma, a Igreja é das poucas instituições perenes em todo o território nacional, consolidando a condição de mater e magister, aliando interesses privados da educação escolar e concepção evangelizadora, com o beneplácito do poder público. (BOSCHETTI, 2006, p. 1).

A inquietação que tal proposta traz, faz com que a presença da Ordem Religiosa que vinha difundindo uma educação acessível aos mais abastados e altamente discriminatória, vá perdendo seu poder de persuasão e, ao longo do tempo, se veja despreparada diante do novo desafio para o qual deveria moldar-se, ainda que obedecendo as diretrizes da Igreja (BOSCHETTI, 2006).

Neste aspecto e para uma melhor compreensão da totalidade, foi preciso volver a história e delinear os princípios que norteavam a Congregação de São José de *Chambéry*, contextualizados nos interesses franceses em nosso país, pois, trarão luz a uma série de questões e melhor entendimento da Igreja Católica e sua saga para manter a hegemonia religiosa e política, por meio da vertente educação, especialmente a partir da atuação dos jesuítas no país.

Os jesuítas, membros da Companhia de Jesus, uma instituição fundada em 1534 por Inácio de Loyola, no seio da Igreja Católica, foi criada logo após a Reforma Protestante, com uma forma de barrar o avanço do protestantismo no mundo e expandir o cristianismo. Seu principal papel era a catequese, instrução religiosa feita por leitura da Bíblia e do ensino em latim. Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, durante o processo de colonização do Brasil, ensinando aos índios a língua dos brancos e as crenças religiosas. Desenvolvendo uma prática educativa muito resistente à mudança, os colégios por eles fundados seguiam um código denominado *Ratio Studiorum* (organização dos estudos) voltado para a salvação da alma, edificação da igreja e a obediência. Seguindo o Código *Ratio Studiorum* a Congregação de São José de *Chambéry* chegou em Itu, agora sob a orientação ultramontana.

Com base nestas análises preliminares e partindo da dialética hegeliana¹, que conduz ao raciocínio de forma lógica sobre diferentes momentos da história humana e sua correlação com a realidade, aprofundou-se o estudo sobre o trabalho desenvolvido por Madre Teodora, norteiam as práticas educativas da escola laica

¹ Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) – filósofo idealista da Alemanha. Célebre, sobretudo, pelo método dialético que concebeu sob forma idealista, mas justa no fundo. Hegel é um idealista objetivo: a seu ver, a razão absoluta representada, na história, a ideia absoluta, é o princípio primário e a única realidade que “se exterioriza” de maneira imediata na natureza, para voltar a si mesma dessa transformação (*Anderssein in sich*) sob a forma de espírito (DICIONÁRIO POLÍTICO, s/d).

brasileira, com ênfase em fatos ocorridos durante a Primeira República (1889-1930) no Brasil

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi à documental, com levantamento de fontes sobre a educação feminina do colégio, como livros de visitas, acervo iconográfico e prospectos, que reforçavam a intenção do papel educacional de formação das mulheres para serem mães e esposas, outras fontes foram consultadas, como os impressos da época, que agregaram informações sobre o cotidiano e valores morais e políticos da sociedade ituana naquele período, bem como, a leitura de artigos e teses e registros feitos por ex-alunas do colégio. O estudo apresentado a seguir divide-se em três capítulos que relatam a trajetória percorrida pela investigação.

No primeiro, na questão educacional confessional no Brasil, foi abordado a presença do ensino jesuítico por meio do modelo educacional brasileiro até o período republicano, passando pela introdução do ensino confessional católico, especialmente o dos jesuítas, que predominou durante todo o período do império, pelos acordos políticos entre Igreja e Estado. É realizada uma breve análise da prática de novos modelos educacionais, contextualizando o momento político e as relações do Estado, Igreja e oligarquias, especificamente no município de Itu, considerado o “berço da República” cenário em que se deu a criação do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, a partir da chegada ao país das irmãs da ordem francesa de São José de *Chambéry*.

No segundo capítulo é abordado a cidade de Itu, o trabalho da congregação das irmãs de São José nesta cidade e as transformações sociopolíticas que afetaram o colégio no recorte pesquisado.

O terceiro capítulo, relata sobre Madre Teodora, o seu papel na educação, seu trabalho e os obstáculos encontrados durante 66 anos a frente do colégio e sobre os estereótipos das mulheres formadas pelas Irmãs de *Chambéry*.

2 A QUESTÃO EDUCACIONAL CONFESSIONAL NO BRASIL

Organizada politicamente conforme a Constituição Federal de 1891, a República Federativa do Brasil entre outras inovações, retira do catolicismo a chancela de religião oficial brasileira. No entanto, a dissociação do Estado e religião é um problema antigo. Segundo Sousa (2008, s/p).

Os textos que hoje tratam da matéria são praticamente os mesmos que foram apresentados por Rui Barbosa, quando elaborou o Anteprojeto da Constituição Republicana de 1891. Ele era um liberal recém-chegado dos EUA, cuja população era majoritariamente protestante e, portanto, contrária ao predomínio do catolicismo romano. Todavia, a realidade brasileira era exatamente oposta à americana. Embora houvesse muitos imigrantes protestantes no Brasil pré-republicano, eles não representavam uma força política para desafiar a hegemonia do catolicismo. De forma que a tese do laicismo já nasceu fadada a ser desobedecida, por não ter o respaldo da maioria católica romana.

Esta prática ainda presente nas salas de aula de todo o país, teve origem na segunda metade do século XIX, quando a Igreja, grande detentora de poder político-econômico e social – ao lado do Estado – viu-se ameaçada pelas idéias liberais advindas da Revolução Francesa, e foi obrigada a repensar sua estratégia de expansão ideológica para manutenção de seu capital, conforme destacou Leonardi (2002) afirma que essa nova proposta veio modificar uma prática educacional já enraizada no Brasil desde sua colonização.

O chamado ultramontanismo ou romanização consistia num processo de expansão do Catolicismo de Roma sob a influência direta do papado. Diante da perda de territórios na Europa, a Igreja reforçou sua presença em diversos países, dentre eles o Brasil. Dessa forma a autoridade romana seria resgatada para além da Europa. Discussões sobre sufrágio universal, emancipação da mulher e o divórcio eram pautadas, para os ultramontanos na Encíclica *Quanta Cura* e em seu adendo, o *Syllabus Errorum*, uma lista de condenação aos erros modernos. (LEONARDI, 2002, p. 1262).

Datado de 1864, sob o papado de Pio IX, o *Syllabus* dos “erros modernos”, condenava oitenta proposições do pensamento moderno, constituindo-se na declaração de que, para a Igreja ultramontana, a nova ordem era inaceitável, ao menos naquele momento e no âmbito dos princípios. Entre as condenações da lista: o positivismo, o naturalismo, o racionalismo, o indiferentismo, o socialismo, o comunismo, a liberdade de culto, o matrimônio civil, a liberdade de ensino e o princípio da não-intervenção (LEONARDI, 2002).

A partir da organização desse quadro de anátemas, a hierarquia propunha a constituição de um sistema educacional católico, compatível com as “verdades

eternas”. Neste sentido o controle do sistema de ensino tornava-se fundamental para a Igreja e, educar as meninas e jovens conforme os conceitos esboçados por Roma eram fundamentais para que elas viessem, posteriormente, a tornarem-se educadoras dos filhos e de toda sociedade (MANOEL, 2012).

Ao analisar o projeto educacional da Igreja Católica no Brasil, entre 1859 e 1919, Manoel (2012) ressalta, no artigo “O início da educação católica feminina no Brasil”, que a proposta de se “preparar agentes sociais” a serviço dos interesses religiosos, é uma concepção pedagógica que não está apenas na base da tradicional da pedagogia dos jesuítas e do catolicismo ultramontano², mas também em outras doutrinas não católicas ou mesmo não religiosas.

De acordo com o estudo de Manoel (2012), as tensões entre o projeto educacional católico e o metodista protestante, ambos objetivando a hegemonia ideológico-cultural da sociedade brasileira por meio da formação das elites, foram abordadas na dissertação de Ana Lúcia Cordeiro, intitulada “Religião e projetos educacionais para a nação: a disputa entre metodistas e católicos na Primeira República brasileira”.

Vale lembrar que a laicização do Estado brasileiro mediante sua separação da Igreja Católica, a partir de 1890, e consequente laicalização do ensino favoreceram o desenvolvimento das atividades educacionais protestantes no Brasil, particularmente no que se refere à difusão dos estabelecimentos educativos ligados às denominações do protestantismo missionário norte-americano [...] Para a elite liberal, sobretudo do Oeste de São Paulo e da Zona da Mata em Minas Gerais, os educadores norte-americanos além de representarem os Estados Unidos – padrão cultural, político e econômico para a modernização do Brasil – chegavam como arautos do liberalismo, do pragmatismo e do progresso. (CORDEIRO, 2005, p. 111).

Desta forma, o ensino católico passava a concorrer e entrava em choque com o protestante, implantado no Brasil por missionárias e missionários vindos dos Estados Unidos, particularmente pelos metodistas que, assim como os demais representantes do protestantismo missionário, chegaram ao país totalmente identificados com a política liberal progressista (CORDEIRO, 2005).

Apoiados pela elite liberal, os metodistas expandiram suas atividades educacionais pelas principais cidades do Sudeste. [...] Por sua convivência com o índio e com a senzala, pelo cruzamento das tradições trazidas do Reino com as tradições da terra, o catolicismo mestiço vivenciado pelo povo

²O Ultramontanismo, como já apresentado anteriormente, surgiu no século XVIII, depois da Revolução Francesa, como resistência às inovações propostas pelo liberalismo do mundo moderno. Entretanto, o catolicismo ultramontano – que preconizava o rigor e a fidelidade à disciplina das diretrizes do Concílio Tridentino – ganhou força e expandiu-se pelos países católicos a partir de 1814, durante o pontificado de Gregório XVI e a restauração da Ordem dos Jesuítas (SAPATERRA, 2012).

brasileiro era considerado pelos metodistas como atraso religioso, como uma “corrupção da verdade evangélica”. [...] Transformar o Brasil pela educação também significava, na visão dos metodistas, livrar a sociedade “de alguns vícios e noções errôneas”, ou seja, das influências do catolicismo. (CORDEIRO, 2005, p. 117-120).

Representantes do catolicismo valiam-se da imprensa ultramontana e da abertura de colégios que concorriam diretamente com as escolas metodistas, como forma de manifestação contrária à expansão educacional desenvolvida pelas missionárias e pelos missionários metodistas, acusando os Estados Unidos de estarem infiltrando-se no Brasil por meio das missões (CORDEIRO, 2005).

Foi exatamente a defesa do nacionalismo que fez com que a igreja católica conseguisse se sobressair e fazer valer o seu modelo educacional, apontado como “o caminho para a formação e ‘salvação’ das elites intelectuais, atacadas pelos ‘males’ da civilização moderna e liberal.” (CORDEIRO, 2005, p. 122).

Particularmente em relação à educação feminina, desde o final do século XIX, o Brasil começa a receber membros de ordens religiosas femininas que para cá vieram instalar seus colégios (destaque especial para os internatos). Ordens francesas como a de *Sacré Couer*, *Notre Dame do Sion*, Cônegas de Santo Agostinho, São José de *Chambéry*, se destacaram e, em cidades de poder econômico expressivo, instalaram suas instituições educativas tradicionalíssimas. Colégios como *Sacré Couer de Marie*, *Des Oiseaux*, *Sion*, foram exemplos singulares dessa mentalidade que conciliou educação, preceitos religiosos e interesses de uma elite que, pela educação, delimitava seu prestígio e importância social, independentemente do ideário republicano (CORDEIRO, 2005).

A doutrina nacionalista colocava a defesa da nação acima de outras experiências e instituições tais como o Estado, a Igreja, o partido político ou o sindicato. O sentimento nacional provocou transformações profundas na relação das nações entre si. O verdadeiro nacionalista deveria sempre acreditar e perceber que a soberania de sua nação estava acima dos interesses particulares e das ameaças estrangeiras. A busca pelo direito de escolher seu próprio governo, criar suas próprias leis e defender o território integravam o amplo conjunto de lutas que garantiriam a liberdade e a igualdade (CORDEIRO, 2005).

Portanto, o caráter político da educação como instrumento de poder era predominante, como ressalta Ferreira (2006) em sua tese de doutorado “Colégio

Normal Nossa Senhora do Patrocínio: um instrumento de educação feminina na Zona do Alto Paranaíba em Minas Gerais / 1928-1950”.

O colégio católico, em regime de internato para muitas das suas alunas, tornou-se, em Patrocínio, o que foi em todo o mundo, o instrumento de educação e iniciação social. Criado para receber as jovens e prepará-las para o desempenho dos papéis femininos tradicionalmente prescritos: mãe, esposa e educadora. A criação e consolidação dos colégios católicos foram a expressão prática da aliança tácita entre o Estado, que se eximia da responsabilidade pela educação pública, a oligarquia, que procurava uma educação conservadora para suas filhas, e a Igreja, que estabelecia, por intermédio da educação escolarizada, uma base estratégica para seu programa de recristianização da sociedade pela doutrina ultramontana. (FERREIRA, 2006, p. 9).

2.1 Raízes do ensino jesuítico no Brasil

Os padres jesuítas chegaram ao Brasil com o primeiro governador-geral da colônia, Tomé de Souza, desembarcando na cidade de Salvador em 1549. Comandados por Manoel da Nóbrega, os religiosos se deslocaram para o sul, dedicando-se a pregação da fé católica e à educação (G1, 2013).

É aos jesuítas que se credita a implantação de um sistema de educação formal no Brasil colônia, ao perceberem que a conversão dos nativos só seria possível se eles tivessem alguns conhecimentos básicos de leitura e escrita. Para se comunicarem com os indígenas, muitos jesuítas aprenderam os idiomas nativos. José de Anchieta, que viera na expedição do segundo governador-geral do Brasil, Duarte de Souza, em 1553, escreveu um dicionário, uma gramática e uma doutrina em guarani, além de peças teatrais, criando as primeiras peças literárias produzidas no Brasil colônia. Anchieta tornou-se o mais destacado entre os primeiros jesuítas que viveram nas terras brasileiras (G1, 2013).

Como educador, participou da fundação do Colégio de Piratininga, onde se originou a cidade de São Paulo, dirigiu o Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro. Politicamente, teve atuação nas negociações de conflitos envolvendo indígenas e brancos, apesar dos franciscanos terem chegado ao Brasil junto com Pedro Álvares de Cabral e serem os únicos missionários na região por quase 50 anos, e da presença de outros religiosos como os lazaristas e dos salesianos, além dos protestantes, na segunda metade do século XIX. Foram os jesuítas que ganharam

notoriedade, por cerca de 300 anos, ao tornarem-se a única referência no campo educacional do país (G1, 2013).

Saviani (2008), ao escrever “História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário”, aponta que a chegada dos jesuítas ao Brasil-colônia foi como ponto de partida para a construção da “história das instituições escolares brasileiras”:

O primeiro período (1549-1759) é dominado pelos colégios jesuítas; o segundo (1759-1827) está representado pelas “Aulas Régias” instituídas pela reforma Pombalina, como uma primeira tentativa de se instaurar uma escola pública estatal inspirada nas ideias iluministas segundo a estratégia do despotismo esclarecido; o terceiro período (1827-1890) consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de se organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo poder imperial e pelos governos das províncias; o quarto período (1890-1931) é marcado pela criação de escolas primárias nos estados na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano; o quinto período (1931-1961) se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovar; finalmente, no sexto período, que se estende de 1961 aos dias atuais, dá-se a unificação da regulamentação da educação nacional abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada, as quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista da escola. (SAVIANI, 2008, pg. 1).

Entretanto, a principal missão dos jesuítas no Brasil não era a de educar, mas sim a de, por meio da fé e da catequese educacional, expandir o Império português e converter índios e escravos, no intuito de tê-los como mão de obra especializadas e servil aos interesses da Coroa Portuguesa (SAVIANI, 2008).

Como a educação na Colônia estava estreitamente vinculada à política dos colonizadores, os jesuítas deveriam também fundar colégios com subsídios do Estado português relativos a missões, ficando juridicamente obrigados a formar sacerdotes para a catequese gratuitamente. [...] Na prática, os “instruídos” serão os descendentes dos colonos. Os indígenas serão apenas os “catequizados” (RIBEIRO, 2003 apud CORDEIRO, 2005, pp. 112-113)

Desta forma, ao longo de quase quatro séculos, as instituições escolares no Brasil ficaram restritas a pequenos grupos, ligados ao poder político-religioso da época, fazendo com que mais de 90% da população, percentual formado por mulheres, negros livres, pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas, não tivessem acesso à escola. Segundo Marçola (2011):

Assim, quando se deu a expulsão dos jesuítas em 1759, a soma dos alunos de todas as instituições jesuíticas não atingia 0,1% da população brasileira, pois delas estavam excluídas as mulheres (50% da população), os escravos (40%), os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos e crianças

abandonadas. (Apud Marcílio, 2005). E apesar do entusiasmo que marcou o início do período republicano com a criação dos grupos escolares, até o final da Primeira República o ensino escolar permaneceu praticamente estagnado, como se vê pelo número de analfabeto em relação a população total, que se manteve no índice de 65% entre 1900 e 1920 (MARÇOLA, 2011, p. 443).

Portanto, as mulheres que almejassem um dia ser letradas como os homens deveriam tornar-se freiras, ou seja, internarem-se em conventos, na época sob o domínio da Igreja Católica e que tinham funções muito mais econômicas e políticas do que educacionais. Nesse sentido, Ribeiro (2007) destaca o papel da educação na vida da mulher apenas como um instrumento para realizar tarefas no âmbito doméstico, na função de esposa e mãe:

Durante o período do Império Brasileiro, as mulheres começaram, paulatinamente, a ter acesso à instrução das primeiras letras, mas eram desobrigadas de cursarem o ensino secundário, visto que o mesmo tinha a função propedêutica de preparar o gênero masculino para o ensino superior. Apesar das transformações que ocorriam no terreno das a opé, em função das diversas correntes de pensamentos a opéias, em se tratando da educação para o sexo feminino, o ideal era a permanência no espaço privado: o cuidado com o marido e filhos. Somente a partir do século XX, através da educação, as mulheres teriam acesso à esfera pública. (RIBEIRO, 2007, p. 23).

Atualmente organizados em 91 províncias, entre elas o Brasil, contando com cerca de 19 mil membros contra aproximadamente 36 mil em 1964, entre eles, o Papa Francisco, líder máximo da Igreja Católica, e o porta-voz do Vaticano, o padre Federico Lombardi e os jesuítas que possuem um histórico conturbado e marcado por disputas políticas e de poder, de acordo com o relato do Jornal do Commercio:

[...] tiveram sua ordem dissolvida em 1773 pelo Papa Clemente XIV, após sua expulsão da França em 1764, depois do confronto com os jansenistas. Pio VII restaurou a Companhia em 1814. [...] eles também foram expulsos de Portugal, Espanha e Toscana no século XVIII e novamente proibidos na França entre 1880 e 1901 [...]. Mas, no século XX, após o Concílio Vaticano II e do compromisso dos Bispos da América Latina em 1968 para a “libertação” dos povos, eles insistiram na justiça social e manifestaram em 1975 a sua “opção preferencial pelos pobres” (JORNAL DO COMMERCIO, 2013).

O caráter coercitivo e político da educação jesuítica, no que tange ao atendimento dos interesses imperialistas, foi marcado pela aculturação dos costumes locais e pela inserção de uma cultura da educação para o trabalho, modelo este vigente até hoje no sistema educacional brasileiro, por meio da educação técnico-profissionalizante do ensino médio e nas formações superiores tecnológicas.

É indiscutível que a atuação jesuíta no Brasil, no âmbito da educação, foi de grande importância no estabelecimento de uma sistematização de ensino, na criação de um currículo para fins de orientação e organização das atividades em sala de aula o que, por tempos influenciou a metodologia de ensino no país. Aos jesuítas se atribui o primeiro período da escolarização brasileira com a implantação dos colégios nos primeiros núcleos populacionais da região costeira. Inicialmente destinados à formação religiosa, não demorou para que comesçassem a educar os meninos da fidalguia portuguesa. Importante destacar ainda que, paralelamente aos colégios, instalaram missões em que ofereciam ofícios à população nativa e que se tornaram produtivas e laboriosas no Brasil colonial.

2.2 A educação de mulheres por ordens católicas

Durante o período colonial foi fundado, em 1735, o primeiro e único colégio para meninas existente no Brasil foi o do Convento das Ursulinas – ordem italiana – de Nossa Senhora das Mercês, na Bahia. Apenas em 1849, é que as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, vindas da França, fundaram um colégio feminino em Mariana (MG), e posteriormente em outras cidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (SAPATERRA, 2012).

Como mencionado anteriormente, o controle do sistema de ensino por parte da Igreja era de fundamental importância para a romanização da sociedade brasileira. Neste contexto, educar as meninas e jovens conforme os conceitos esboçados por Roma, para que, posteriormente, elas se tornassem as “agentes sociais” responsáveis pela reprodução da mentalidade e visão de mundo católica, era primordial. Desta forma, a Igreja pregava que os seguidores da educação leiga proposta pelos liberais seriam condenados, sob pena de se colocar em risco todo o alicerce da sociedade brasileira que, em sua totalidade, declarava-se católica.

No que tange à educação confessional no Brasil, há um mapeamento feito por Leonardi (2002) sobre sua expansão, com base em dados do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (especificamente polianteias e relatório do CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social). A pesquisa registra um aumento na vinda de congregações femininas docentes para o Brasil, em especial

as francesas, na segunda metade do século XIX, e que, por meio dos espaços por elas ocupados, houve a divisão de poderes na lógica das relações estabelecidas entre estas instituições e os interesses das famílias paulistas, do Estado e da Igreja.

Entre 1500 e 1662 vieram para o Brasil 9 congregações estrangeiras que fundaram escolas. Entre 1848 e 1922 este número se elevou para 17 congregações. Após a proclamação da República, o número de congregações que se dedicavam à educação formal/escolar teve um crescimento significativo e o número de fundações de escolas cresceu na mesma medida. Os Estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo concentravam o maior número de fundações de escolas: 11 no primeiro e 5 nos dois últimos Estados. [...]. Dentre as congregações femininas destacam-se seis congregações francesas, seis italianas e seis fundadas no Brasil [...] fixaram-se sobretudo nos Estados do Rio de Janeiro (sendo duas brasileiras e três francesas), São Paulo (três italianas, uma francesa e uma brasileira) e Minas Gerais (duas francesas e uma brasileira). (LEONARDI, 2002, p. 1259).

Manoel (2012) ressalta que durante a primeira República, a oligarquia brasileira, projetou modernizações no âmbito da produção em consequência do novo quadro sócioeconômico provocado principalmente pela abolição da escravidão; no âmbito familiar e social temia a modernidade dos costumes, especialmente em relação à educação profissionalizante de mulheres, sendo a província de São Paulo o modelo para o resto do país, tendo em vista que a oligarquia cafeeira paulista tornou-se o alicerce para a industrialização e para o movimento republicano.

Quanto à educação feminina, se restringia às filhas dos grandes oligarcas paulistas e, mesmo assim, com foco no ensino religioso católico.

[...] educação feminina paulista na segunda metade do século XIX se propunha a dar lições de leitura, escrita e de prendas domésticas. Para além desse objetivo imediato observava-se a preocupação de não permitir, ou obstar ao máximo, a ideia de profissionalização da mulher. Por isso, as matérias de ensino não necessitavam extrapolar os limites estreitos do currículo previsto pela Lei de 1827, que limitava a educação escolarizada feminina ao aprendizado de língua portuguesa, aritmética, prendas domésticas e religião. Quanto às meninas do “povo”, a preocupação com os “ares da modernidade” não existia. Afinal, um sistema educacional que além de deficiente era, de fato, quase inexistente, pouco podia alterar da mentalidade analfabeta e arcaica da maioria da população. (RODRIGUES, 2008 apud MANOEL, 2012, p.3-5).

Durante o período da Primeira República os grandes palacetes paulistas foram construídos para expressar a modernidade importada da Europa, por meio dos projetos arquitetônicos e do modelo educacional, importado da França. Isso porque não querendo ficar defasada em relação à cultura de Paris os membros da oligarquia viram na educação religiosa católica o formato ideal de educação para

suas filhas. Afinal, era preciso moldar um novo perfil de mulher adequado a essa nova sociedade, a qual já não cabia somente a função de dirigir a casa e os empregados. Por meio de uma educação que não comprometesse a moral e a religiosidade feminina, era que esta nova mulher soubesse ler, escrever, conversar, conhecer regras de etiqueta, música, pintura e tudo o que coubesse a uma dama para que fosse agradável nas reuniões sociais (MANOEL, 2012).

Ainda segundo Manoel (2012), é nesse ideário que foi criado o colégio na cidade de Itu, em 1859, confiado às Irmãs de São José de *Chambéry*, vindas da França, no qual estudaram os nomes mais significativos da elite paulista, formada por fazendeiros e comerciantes ricos, deixando claro que o poder político em São Paulo sempre foi restrito a um pequeno grupo de famílias, cujo os sobrenomes se perpetuam até hoje.

A educação oferecida pelas Irmãs São José patrocinada pela oligarquia, lançava suas bases no ultramontanismo, isto é, na autocompreensão que a Igreja Católica Romana desenvolveu, após a Revolução Francesa, de que o “mundo moderno era pernicioso” porque apregoava a liberdade de consciência, recusando-se a submeter-se ao controle da doutrina católica. Foi essa a mentalidade disseminada para as alunas em São Paulo, e mais tarde no Paraná, também colégios da ordem, que mesmo tendo criado externatos e orfanatos, teve como forma predominante de organização pedagógica o internato. As mulheres eram consideradas importantes colaboradoras dos costumes do ultramontanismo (AZZI, 1987).

Síntese das diretrizes educativas do Colégio do Patrocínio, na opinião do Padre José Natuzzi, por ocasião dos festejos dos sessenta anos de fundação do colégio (1919):

Imprimir e gravar na alma moderna da donzela cristã a forma indelével da tradição antiga da fé, da moral e das letras. (...) Corrigir, dirigir e desenvolver as inclinações para o bem e para a verdade (...) formando-lhes o caráter sobre a base da consciência, iluminada pela fé e pela razão (...) evitando que a mulher, no lar e na sociedade, fosse uma eterna contemplação dos olhos insaciáveis e um tédio eterno das inteligências cultas. (...) harmonizar os dotes estéticos da natureza feminina com a multiforme cultura da inteligência e do coração (...) gerando no espírito da donzela a mais preciosa das prendas femininas, a sinceridade e a retidão (ZVEIBIL, 2000, p. 169).

Cunha (1999), em sua dissertação de mestrado, “Educação Feminina numa Instituição Total Confessional Católica Colégio Nossa Senhora do Patrocínio”, aborda os aspectos das obrigações reservadas às mulheres segundo os ditames do

ultramontanismo, que incluem total submissão ao marido e concentração na educação religiosa dos filhos e irmãos, mediante o sacrifício da piedade, dedicação à oração e confinamento ao lar.

Vale ressaltar que no século XVI, os jesuítas já utilizavam o recurso pedagógico do internato não só para o preparo do clero, mas, principalmente para educar homens da elite dirigente da sociedade, disseminando assim a mentalidade do catolicismo tridentino, apoiados no conceito de que o isolamento do mundo – obscurecido pelo mal – era a garantia da formação adequada, no que tange ao caráter do ser humano (CUNHA, 1999).

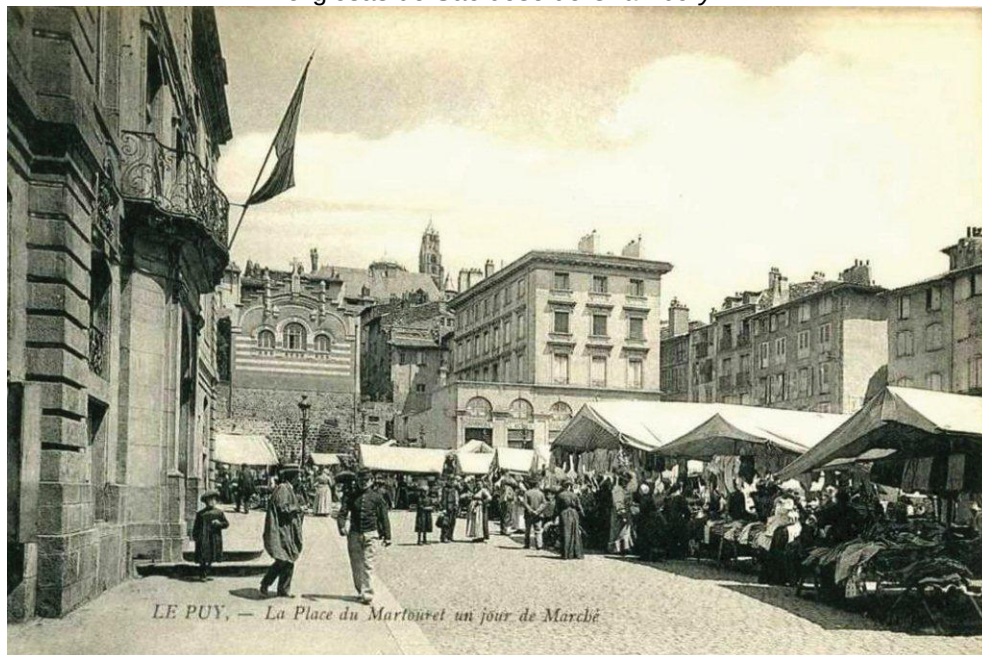
Entretanto, no que se refere à educação feminina o internato era visto como a forma mais adequada de se preservar a “pureza” das meninas. Este tipo de clausura é defendido, inclusive por Olívia Sebastiana Silva, biógrafa de “Madre Teodora Voiron: a Superiora do Colégio de Itu”:

Cabe-lhe (à mãe) a defesa dessa alvura contra o toque venenoso do pecado. É a jóia que deve guardar e burilar para a consecução de seu máximo esplendor. / Mme Voiron sabe que, para um bom êxito, nada mais aconselhável que a vida oculta. / No livro da natureza, aliás, não é outro exemplo. / Tomemo-lo um pouco. / Onde está a semente? – No seio silencioso da terra. / Já agora a nossa vista recai sobre uma pérola. / de onde veio? – De um cofre tosco de conchas, mergulhado na profundidade dos mares. / E continuando nesta análise do volume do Criador, concluímos que, cá ou lá, o método é, invariavelmente, o mesmo. (SILVA, 2006 apud MANOEL, 2012, p. 18-19).

2.3 A congregação das irmãs de São José

Segundo Faria (1977), data dos meados do século XVII, a fundação da Congregação das Irmãs de São José, a primeira instituição religiosa a ser inaugurada sem a estreita clausura. Foi criada na cidade de *Le Puy*, conforme Figura 2, cidade esta de cunho fortemente religioso na França, evangelizada por São Francisco de Régis, pelo Apóstolo Vivarais e de Velay e em seguida pelo Padre João Pedro Médaille.

Figura 2: Praça de *Martouret*, na Cidade de *Le Puy*, onde foram mortas as primeiras mártires das religiosas de São José de *Chambéry*.



FONTE: INSTITUTO PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA. **Catolicismo e contra-revolução no Brasil dos séculos XIX e XX, 2011**. Disponível em: < <http://ipco.org.br/ipco/catolicismo-e-contra-revolucao-no-brasil-dos-seculos-xix-e-xx/itu-2/#.WBPLYfkrLIU>>. Acesso em 10 out. 2016.

O ano de 1651 estabelece a entrada oficial da Congregação na vida da Igreja Católica, mediante a criação pelo Padre Médaille de um programa que ele chamou de “Pequeno Projeto”, porque queria que o ideal proposto às Irmãs de São José tivesse a sua espiritualidade própria. Este projeto visava abrir acesso à vida religiosa a um grande número de almas aptas a seguir todas as diretrizes estipuladas pelo seu fundador (FARIA, 1977, p. 47).

Para tanto, previu a instituição de três classes de religiosas:

A primeira classe, das moças que podiam viver de suas rendas e assim se entregariam inteiramente ao serviço da caridade. A segunda, a daquelas que não tendo do que viver suficientemente de seus bens, supriam pelo trabalho a falta de recursos temporais. A terceira, das viúvas e das moças mais desprovidas de bens temporais, as quais teriam uma vida de mais trabalho (FARIA, 1977, p. 47).

No entanto, posteriormente essas classes deixaram de existir, já que não poderiam ser distinguidas ou divididas em classes, permanecendo em essência apenas o espírito de cooperação. Para tanto, todas teriam de fazer votos de pobreza, castidade e obediência (FARIA, 1977).

A característica mais marcante da Congregação era o desejo de se aproximar do povo, dos necessitados, dos doentes e das meninas que aprendiam a catequese

e costura. As irmãs partilhavam a condição de pobreza, de vida, de trabalho, usando todas as coisas com liberdade e confiança, sem dinheiro até mesmo para comprar provisões em algumas ocasiões. No entanto, confiavam a São José essa situação de penúria e realizavam trabalhos confeccionando rendas para seu sustento. Os nobres da cidade de Le Puy, preocupados em não sobrecarregarem as finanças e não querendo sustentá-las, realizaram uma visita para exigir que saíssem da cidade, mas vendo que trabalhavam permitiam que ficassem (OLIVEIRA, 2009).

É fundamental frisar que o espírito de caridade que marca fortemente a instituição se faz presente em sua proposta de ajudar a todos, sem distinção em qualquer situação ou até mesmo de religião, uma vez que as irmãs procuravam amar a todos (OLIVEIRA, 2009).

2.4 Outras experiências

Os métodos aplicados, pelas irmãs *Chambery*, para a educação no Colégio não divergiam em grande significância daqueles aplicados nas obras que desenvolviam em paralelo no tocante à caridade, respeito e atenção aos menos favorecidos, todavia, o que se impunha na sociedade à época requeria determinadas distinções que mereciam a atenção e certo cuidado por parte das religiosas (NEGRÃO, 2009).

Em contrapartida ao modelo de ensino do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio de Itu, Ana Maria Melo Negrão (2009) registra no artigo “Da infância à adultez: memória tecendo a trajetória de vida das acolhidas pelo asilo de órfãs da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, a fundação de um asilo para órfãs sob a égide da Congregação de São José de *Chambéry*”.

O Asilo de Órfãs supriu a ausência de políticas públicas de atendimento a meninas desprotegidas e configurou-se como uma estratégia emergente educativo-social, na elite campineira excludente, integrada pelas categorias sociais dominantes – Igreja, imprensa e oligarquia – representando para Campinas o único local de inclusão às órfãs pobres e, em especial, às negras, excluídas da maioria das instituições de ensino. O atendimento destinava-se a órfãs, entre seis e quinze anos de idade, com certa flexibilidade, e a formação abrangia instrução de primeiras letras, trabalhos domésticos e trabalhos manuais. (NEGRÃO, 2009, p. 97).

Rita de Cássia Grecco dos Santos (2012) foi ex-aluna do curso Normal do Colégio São José (das Irmãs de São José de *Chambéry*), que funcionou de 1910 a

1967, em Pelotas no Rio Grande do Sul. Em sua tese de doutorado atesta o entendimento das relações estabelecidas entre Estado, Igreja e Educação, para caracterizar a cultura escolar estabelecida a partir do projeto educativo de formação de meninas dóceis, cultas e cristãs, em consonância com o modelo familiar, católico e higienista da época.

A pesquisa evidenciou que o projeto educativo desenvolvido no Colégio de São José, em Porto Alegre, teve “significativa ressonância na comunidade local”, pois proporcionou “às internas uma formação sociopolítica”, por meio das articulações advindas dos trabalhos assistenciais das irmãs de *Chambéry*, fazendo com que “além da formação humana e cristã própria das instituições confessionais”, se viabilizassem “brechas à construção de um comportamento de resistência e, quiçá, ruptura com a ordem vigente”. (SANTOS, 2012, p.6-17).

3 A PRESENÇA DA ORDEM DE SÃO JOSÉ DE CHAMBÉRY NO BRASIL E O TRABALHO EM ITU

Este capítulo não tem a pretensão de sistematizar um conjunto de informações sobre a história completa da educação, apenas apresentar um recorte de um momento específico e realizar uma análise da produção do conhecimento histórico, buscando de forma muito simplificada seguir o roteiro para sua construção, passando pelas fontes históricas, primárias, secundárias, realizando uma análise síntese e crítica histórica.

Nos idos de 1800, em função das lavouras de cana de açúcar e algodão, Itu era uma das mais prósperas e ricas cidades ao oeste da província de São Paulo, sendo um eminente polo de movimentos político-culturais, bem como, do catolicismo. De acordo com o relato de Maria Iza Gerth da Cunha:

O Catolicismo teve papel predominante no desenvolvimento cultural do município ituano: igrejas, conventos, ordens religiosas, irmandades, eram o centro da vida intelectual. O número e a antiguidade das associações católicas comprovam o domínio da religião sobre o povo ituano. Em virtude dessa efervescência religiosa, Itu recebeu de D. Pedro títulos de “Roma Brasileira”, “Cidade Levítica” e “Fidelíssima”. [...] Até 1850, as escolas particulares na província de São Paulo eram leigas, não havendo neste período ensino confessional católico, nem tampouco era cuidado o ensino religioso e moral previsto na legislação para as escolas públicas e particulares. Tal fato se dera provavelmente devido à tradição anticlerical *regalista* da elite paulista. (CUNHA, 1999, p. 27-29).

À época, a sociedade patriarcal brasileira pouco se preocupava com a escolarização das mulheres. Porém, com a abertura dos portos e o contato mais estreito com a cultura estrangeira, particularmente a europeia, as elites perceberam que, em nome da inevitável modernidade, era preciso tirar suas filhas do grau de ignorância e isolamento em que viviam. A participação das mulheres no processo educativo foi lenta e episódica e aconteceu muito mais na perspectiva do beneplácido dos pais, do que pelo entendimento da importância da educação e do aprendizado para as meninas. Poucas eram as famílias para quem a escolarização das filhas se constituía em valor formativo e direito intrínseco à condição humana. Por isso, a alta oligarquia paulista passou a contratar professores particulares brasileiros e estrangeiros para ensinar suas filhas em casa, aprendendo francês, música, dança e pintura. No Brasil de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, ser ateu, republicano e anticlerical era, para muitos, sinônimo

de modernidade. No entanto, a oligarquia paulista mesmo sendo defensora de ideias liberais e positivistas, não hesitou em apoiar a doutrina conservadora do catolicismo ultramontano, cujo ponto de referência em matéria pedagógica era o jesuitismo e se encontrava inserido no processo de romanização do catolicismo (BAUER, 2012).

O que na realidade preocupava a Cúria Romana era a possibilidade de o homem conseguir independência em relação ao predomínio político e cultural imposto por ela à sociedade durante séculos. Um raciocínio fundamentado em bases experimentalistas, livre do formalismo escolástico, permitiria não apenas um avanço em relação ao conhecimento e domínio da natureza, como poderia levar a um questionamento dos dogmas católicos (BAUER, 2012).

3.1 A cidade de Itu

Segundo Lúcia Elena da Luz Marson, em sua dissertação intitulada “Municipalização do Ensino entre a Utopia e a Indução: Itu – Um Estudo de Caso”:

O marco da fundação do município da cidade de Itu foi a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Candelária, por Domingos Fernandes e seu genro Cristóvão Diniz, inaugurada a 02 de fevereiro de 1610. Somente em 1657 chegou à condição de vila, passando a ter administração local. Durante quase um século, a Vila de Itu não passou de um povoado formado ao lado da capela, com menos de cem casas e uma única rua. Em 1726, Itu é considerada a terceira vila da capitania, sendo a primeira a de São Paulo e a segunda a de Parnaíba. Itu se firmou como entreposto de comércio na rota entre o sul do país e as regiões mineradoras de Mato Grosso e Goiás. Com o desenvolvimento das lavouras de cana de açúcar e do algodão, a vila cresceu. Em 1773, contava Itu com 779 casas na vila e 630 nos sítios. Na vila, a população era composta por homens livres 1725, mulheres livres 2013, homens escravos 430, mulheres escravas 580. Total 4748, dos quais 2422 sabiam ler. Conforme recenseamento em 1776, a cidade contava com 7 lojas de secos e molhados, 7 sapateiros, 7 carpinteiros, 5 latoeiros, 3 tecelões e 26 engenhos de açúcar e aguardente. Os comerciantes interessados na venda de tecidos, colchas e cobertores para outras regiões, promoveram o cultivo do algodão e a produção caseira de tecidos. (MARSON, 2009, p. 66-67).

A partir de 1800, Itu sagrou-se como uma das cidades de maior movimento, população e riqueza da província de São Paulo, atingindo, no final desse período, acentuada notoriedade, principalmente devido à expressiva produção açucareira. Isto pode ser evidenciado através do intenso movimento político-cultural, da riqueza das construções de suas casas e, por que não dizer, das igrejas, monumentos e escolas (MARSON, 2009).

Os relatórios apresentados a Portugal pela capitania de São Paulo (1788-1797) mencionam a produção anual de mais de 50 mil arrobas de açúcar. Em 1835, Itu contava 98 engenhos, quando Campinas contava 93, Piracicaba, 78 e Porto Feliz, 76.

Ainda segundo Marson (2009, p. 67):

No ano de 1838, a população do distrito de Itu contava com:
 Brancos de ambos os sexos, 4.966
 Mulatos livres de ambos os sexos, 1055
 Negros livres de ambos os sexos, 511
 Total da população livres, 6.538
 Mulatos escravos de ambos os sexos, 199
 Negros escravos de ambos os sexos, 4.510
 Índios, 5
 Total da população escrava, 4.714
 Total da população, 11.246.

O período compreendido entre 1836 e 1854 foi o de maior crescimento da cidade, pois Itu era a vila mais rica da Província, com importante participação na vida política e econômica, sendo elevada à categoria de cidade em 05 de fevereiro de 1842. A exportação do açúcar para a Europa alavancou definitivamente seu crescimento. Multiplicaram-se os engenhos e o número de escravos vindos da África (MARSON, 2009).

Foi daqui que saíram esses denodados bandeirantes povoadores do sertão; foram daqui os intrépidos fundadores dessa bellas e florescentes cidades, que hoje com justa razão enchem de orgulho o nosso Estado; foi daqui que primeiro saíram e tomaram vulto as idéias de nossa emancipação política; foi aqui o berço da república. Era por aqui, por Itu que passava a estrada das monções em demanda do porto de Araritaguaba, porto celebrado nas conquistas de Cuyabá e Paraguay. Foi daqui, deste glorioso Itu que partiram as primeiras idéias de nossa emancipação política. Foi a Câmara Municipal de Itu, por indicação de Francisco de Paula de Sousa e Mello que propõe, em 1821, à Câmara de São Paulo que se dê plenos poderes aos nossos deputados às constituintes de Lisboa, para tratarem de nossa emancipação política. (NARDY FILHO, 2006, p.7).

Do ponto de vista religioso, como aconteceu em outras regiões brasileiras, o catolicismo teve papel predominante no desenvolvimento cultural do município ituano: igrejas, conventos, ordens religiosas, irmandades, eram o centro da vida intelectual. O número e a antiguidade das associações católicas comprovam o domínio da religião sobre o povo ituano (NARDY FILHO, 2006).

Em virtude dessa efervescência religiosa, Itu recebeu de D. Pedro II o título de “Roma Brasileira” e “Cidade Levítica”, assim como já havia recebido de D. Pedro I o título “Fidelíssima” em 1824 (NARDY FILHO, 2006).

Em paralelo a esse cenário, ainda segundo Marson (2009), iniciou-se na segunda metade do século XIX o período de decadência do plantio da cana de açúcar no Brasil, gerando um conflito entre políticos, os fazendeiros ituanos e o governo imperial. Começou a crescer o movimento republicano no Rio de Janeiro com a publicação do Manifesto Republicano de 1870. A partir desse ponto, houve organização de vários grupos republicanos no país, inclusive na Província de São Paulo, que resultou, em 1873, na realização da Primeira Convenção Republicana da Província de São Paulo, que ficou conhecida como “Convenção de Itu”.

Nesse período, teve início as plantações de café, que dominou a economia até 1935. Com a proibição do tráfico e consequentemente a abolição da escravidão em 1888, a mão de obra imigrante fez-se necessária. Com a ajuda do governo republicano, a partir de 1889, vieram para Itu milhares de imigrantes, em sua maioria italianos. A população aumentou e a cidade possuía nesta época 1800 casas (MARSON, 2009).

Apesar de ter dado, em 1869, o primeiro passo para a constituição de uma mentalidade industrial com a inauguração da Fábrica de Tecidos São Luís, foi a partir de 1950 que as indústrias, principalmente as de cerâmica, chegaram à cidade, provocando a migração rural, redirecionando o seu desenvolvimento, com a abertura de diversos loteamentos principalmente nas periferias.

Em sua mais conhecida obra “A Cidade de Itu”, Nardy Filho (2006) descreve assim a cidade em meados de 1870:

Hoje ella desperta, mostra-se outra do que fora por vinte e tantos annos; ella desperta, recorda de suas passadas glórias e quer recuperar o tempo perdido ; e, eil-a que progride, que se esforça, que se engrandece guiada por filhos dilectos que desejam vê-la de novo, como outr’ora, rica, próspera e servindo de exemplo à ouras. Eil-a que desperta, e, ao fonfonar dos autos, ao apito das fábricas. Ao silvo das locomotivas, ao rumor e tumultuar de um povo que age e trabalha Ella caminha impávida e confiante pela senda do verdadeiro progresso (NARDY FILHO, 2006, p. 64).

As provas de piedade, devoção e fé características da população ituana em função da sua formação sócio-histórica foram reveladas na suntuosidade e brilhantismo de que se revestiam as solenidades religiosas na cidade, principalmente na Semana Santa, na festa do Divino, na festa do Bom Jesus e suas procissões.

3.2 O trabalho da congregação das irmãs de São José em Itu

A Congregação das Irmãs de São José de *Chambéry* originária de um projeto criado pelo padre jesuíta Jean Pierre Médaille que, em meio à Revolução Francesa, na pequena cidade de *Le Puy* (França), acolhia crianças, velhos, idosos e inválidos que não encontravam abrigo nos órgãos oficiais. Ela destinou-se à formação de meninas, a partir dos dogmas do ultramontanismo.

A localização da congregação em *Chambéry* não configura uma casualidade. O Ducado da Sabóia, dada a atuante presença de luteranos e calvinistas, foi, desde o século XVI, um centro de ação contra reformistas de capuchinhos e jesuítas. Na sua tarefa doutrinária e contra-reformista pela educação, os jesuítas fundaram em *Chambéry* um colégio em 1565 (Debesse, 214-15). De *Chambéry* saíram, mais tarde, importantes intelectuais ligados ao ultramontanismo. Foram justamente os capuchinhos saboiardos e, por indicação deles, as irmãs, também saboiardas e ligadas ao jesuitismo, os primeiros requisitados por D. Antônio Joaquim de Melo para virem educar os futuros padres e futuras damas da sociedade paulistas como serão mais tarde, os jesuítas que fundarão, em Itú, o Colégio São Luis para os moços. Relewa observar, portanto, que a vinda das Irmãs, seja para São Paulo, seja para Curitiba mais tarde (*Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, 5), não foi um evento fortuito, fruto de coincidências ou de forças extra-históricas, mas se constituiu em uma etapa de um planejamento bem elaborado e em escala mundial. Tratava-se, para a Igreja, do mesmo processo desenvolvido para recuperar um lugar central na sociedade afastando o perigo da destruição institucional, como fora tentado na França. Utilizava-se, para isso, como linha de frente, os seus membros mais preparados e, talvez por isso, os mais conservadores e mesmo reacionários. (MANOEL, 2012, p. 10).

As irmãs de São José de *Chambéry*, com fortes traços jesuíticos e ultramontanos, em função da formação religiosa de seu fundador e da Constituição da Ordem, como o de manter traços do *Ratio Studiorum* e trabalho missionário e de caridade ganharam fama, chegando ao Brasil graças à intervenção Dom Antônio Joaquim de Melo, ituano e bispo de Minas Gerais, em 1865, que dentro de seu programa reformista trouxe as primeiras religiosas da ordem para o país.

A habilidade política do bispo – e de seu sucessor, D. Sebastião Pinto do Rego – foi de fundamental importância para que as irmãs não só se instalassem, mas se mantivessem no país e em Itu, mesmo diante do movimento “antijesuitismo” tanto por parte da elite governante como do próprio clero iluminista³.

³ O Iluminismo foi um movimento cultural e intelectual do século XVIII que procurou mobilizar o poder da razão, a fim de reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval: “seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 605). Essa revolução intelectual que se efetivou na

Dom Antônio valeu-se da confiança e do benefício da Corte do Rio de Janeiro para burlar os possíveis entraves burocrático-administrativos impostos pelas autoridades provinciais contrárias a instalação do colégio em Itu.

Graças a uma autorização verbal concedida a ele pelo próprio Imperador D. Pedro II, D. Antonio apenas comunicou, via ofício, ao Inspetor Geral da Província – contrário aos planos do Bispo – que “as Irmãs já estavam em Itú aprendendo o português e se preparavam para o início das aulas”. (MANOEL, 2012, p. 21)

Dom Antônio Joaquim de Melo pretendia atingir, por meio da educação, o controle sobre duas importantes esferas sociais. A primeira era a religiosa, com a preparação de sacerdotes no Seminário Episcopal, dirigido pelos capuchinhos, com o objetivo de que este clero viesse a influenciar a religiosidade paulista e “conformar os fiéis à postura política assumida naquele momento pela Cúria romana” (MANOEL, 2012, p. 10).

A segunda esfera, era a familiar. Em outras palavras, o objetivo era educar as meninas e jovens conforme os preceitos do catolicismo romanizado, de forma que, posteriormente, elas se tornassem as educadoras dos filhos e de toda sociedade, replicando o modelo preconizado pela Igreja (MANOEL, 2012, p. 10).

Os princípios e as características utilizados por D. Antônio Joaquim de Melo seguiram fielmente as diretrizes do projeto ultramontano para a restauração do clero paulista. Foi a partir do bispado de D. Antônio que o modelo de Catolicismo predominante na Diocese de São Paulo determinou o uso do mesmo latim, a celebração da mesa liturgia e o ensino do mesmo catecismo, tal como ocorria em Roma, África, Ásia e América Latina. Portanto um catolicismo marcado por uma extrema europeização, centralização e uniformização. Uma das análises centrais de Wernet afirma que a gestão episcopal de D. Antônio inaugurou o processo de mudança da orientação filosófica, teológica e pastoral do clero, influenciada pelo modelo católico iluminista, para os preceitos do modelo ultramontano, que fortaleceu o poder do Pontífice e bispos na relação: Papa x Bispo, Bispo x clero (CUNHA, 1999, p. 32).

Por isso, o objetivo da educação proposta por Dom Antônio, por intermédio das Irmãs de *Chambéry*, era o de formar jovens cultas, sociáveis, mas, acima de tudo, católicas. Meta que ficou ainda mais evidente no prospecto do colégio distribuído à sociedade paulista:

Formar as meninas na prática das virtudes que convém ao seu sexo; fazer com que cedo contraiam hábitos de ordem, modéstia, trabalho; inspirar-lhes com o amor à religião, um grande afeto às obrigações que ela impõe; ornar o seu espírito com uma instrução apropriada à sua idade e aos deveres que

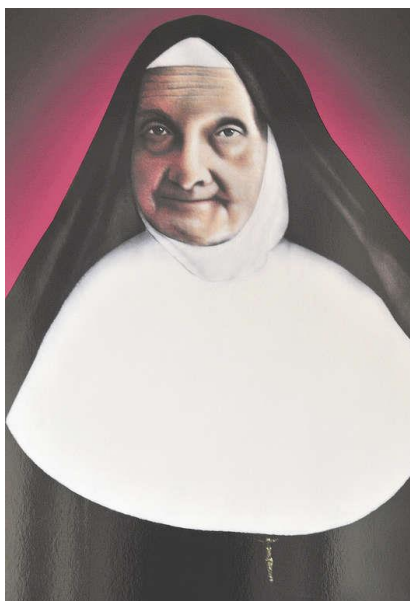
um dia terão de cumprir na sociedade; eis o fim a que se propõem as Irmãs de São José no seu desvelo para com as jovens pensionistas, cuja educação lhes é confiada. (MANOEL, 2012, p. 14).

Cunha (1999) também sugere que houve resistência, por uma parcela do “clero desviante existente na província”, ao projeto educacional de Dom Antônio Joaquim de Melo, com base em relatos de cartas pastorais enviadas pela Diocese de São Paulo à Madre Geral da Ordem de São José de *Chambéry*, na França, dando conta dos preparativos para a vinda das religiosas ao Brasil. Por isto, a escolha da futura madre superiora da Ordem em terras brasileiras era extremamente estratégica, fazendo com que o padre Eugenio de Rumilly, escolhido como interlocutor entre *Chambéry* e São Paulo, chegasse mesmo a sugerir o nome da eleita à Madre Geral para ser a Irmã Josefine Antonieta. Assim, escreve:

Ora, eu vos digo que temos aqui necessidade de vosso espírito religioso, de vossa coragem, de vossa paciência, de vossa prudência; é conforme vossa própria opinião, nenhuma das obreiras formadas em vossa escola, possui estas virtudes mais que a irmã Josefine Antonieta (*Chroniques de la Congrégation des Sœurs de Saint-Joseph de Chambéry*. Livre XII. La Mission e la Province Brésiliennes. Chambéry: Imprimeries Réunies, 1936 apud CUNHA, 1999, p. p.37).

No entanto, a Madre Geral da França optou por enviar a Itu a Madre Maria Basília Genon, à época com 27 anos de idade. Tanto ela como as seis outras religiosas indicadas para a missão brasileira, tinham como característica comum “o espírito conciliador, uma virtude importante para as relações que iriam estabelecer com o clero no Brasil”. Entretanto, quis o destino que Madre Maria Basília viesse a falecer durante a viagem de vinda ao Brasil, sendo seu corpo jogado ao mar após cerimônia solene na presença das demais. Foi este fato que fez com que a Superiora Geral da Congregação na França, Madre Marie *Félicité*, designasse Madre Maria Teodora Voiron conforme Figura 3, como substituta da falecida irmã (CUNHA, 1999 p. 40).

Figura 3: Madre Maria Teodora Voiron.



Fonte: JORNAL CRUZEIRO DO SUL. **Religiosidade e arquitetura das igrejas atraem turistas**, 2015. Disponível em: < <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/608180/religiosidade-e-arquitetura-das-igrejas-atraem-turistas>>. Acesso em 17 jan. 2017.

Vale ressaltar o levantamento feito por Rogers (2014), professora da Universidade de Paris-Descartes (França) e que resultou no artigo “Congregações Feministas e difusão de um modelo escolar: uma história transacional”, sobre o papel sócio-político das educadoras religiosas francesas em terras estrangeiras, bem como, sua contribuição para o desenvolvimento da educação feminina no Brasil.

Na medida em que difundem a cultura e o modelo escolar francês, as escolas e os pensionatos fundados pelas congregações francesas constituem vetores de uma forma de diplomacia cultural. [...]. Se deslocarmos o olhar analítico das congregações para os países de acolhida [...] o foco é, então, a forma como as escolas congregacionistas se adaptam a populações bastante diversas, alterando a natureza do projeto e das práticas pedagógicas. Entre as irmãs de São José, tais formas de adaptação resultaram num rompimento oficial com a matriz francesa. [...] Esclarece Patrick Cabanel (2008, p.20), que o Brasil foi “a verdadeira “coqueluche distante” das congregações francesas (ROGERS, 2014, pp. 57, 63, 64 e 65).

Cunha (1999) ao tratar do modelo educacional empregado no Colégio Patrocínio de Itu, revela as bases organizacionais da gestão de Madre Teodora. Apoiada nos prospectos distribuídos pelo Colégio à sociedade da época. Ela ressalta:

Esse colégio caracterizou-se por ser uma escola de refinamento da cultura e da sociabilidade das educandas, preocupando-se muito mais em torna-las damas aptas ao convívio social, virtuosas, polidas, religiosas convictas, de tal forma que pudessem educar seus filhos. Deveriam ser, pois, “les cellules vivantes d’une société régénérée par le Christ...” [...] Madre Teodora organizou e administrou o desenvolvimento de uma educação eminentemente conservadora cuja referência, em termos pedagógicos, foi o *Ratio Studiorum* [...] que preceitua métodos de ensino, regras e diretrizes aos envolvidos no processo educativo. [...] A administração era dividida em Províncias, supervisionada por um Provincial, abrangendo casas e colégios da Ordem. Integram a hierarquia os Reitores de Colégio, os Prefeitos de estudos auxiliados pelos prefeitos de disciplina com atribuições especificamente delineadas. Essa hierarquia organizacional reflete a estrutura piramidal da Igreja. Em relação ao Colégio em estudo, encontramos essa mesma hierarquia, mas com uma nomenclatura adaptada, ou seja, Madre Geral, Madre Provincial, Irmã Diretora e Mestras de Classe. Assim como o maior pilar do sistema educativo jesuítico, a formação religiosa configurava-se no Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. (CUNHA, 1999, p. 93, 97, 98).

A economia abastada do estado de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rio de Janeiro, garantiu o prestígio ao Colégio Nossa Senhora do Patrocínio por cerca de 60 anos, o que também foi observado por Cunha (1999) ao analisar os registros dos livros de matrículas do período entre 1859 e 1919.

Essas alunas provinham de famílias abastadas de todo o estado de São Paulo, de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e inúmeras oriundas da Corte no Rio de Janeiro. A listagem dos nomes permitiu visualizar a tessitura social das famílias que, apesar de muitas delas estarem imbuídas dos ideais republicanos, guardavam espírito conservador e elegiam a educação não laicista para seus filhos. Muitas dessas alunas provinham de famílias com títulos de nobreza ofertados pelo governo imperial. (CUNHA, 1999, p. 103).

A busca do modelo de ensino utilizado, pelo Colégio, foi também analisada no trabalho de Carvalho (2011). Com base nos jornais e outros documentos da época afirmou que o foco do colégio não era a educação, mas sim o adestramento das meninas aos interesses sociopolíticos, ou seja, a manutenção das famílias detentoras do poder econômico advindo das lavouras de café. Esta análise feita no trabalho de Mariana explica, de certa forma, o porquê Madre Maria Teodora Voiron, bem como as Irmãs de São José *Chambéry*, foram tidas quase que como “santas”. Afinal, Madre Voiron era tida por seus contemporâneos como exemplo de virtude, disciplina e rigor em suas atitudes. Em outras palavras, era ela fiel às ordenanças de seus superiores, assim como sua Madre Geral, as “orientações” dos padres homens.

Este modelo de “adestramento”, educacional implementado nas escolas dirigidas pelas irmãs de *Chambéry* fazia com que as normas pedagógicas

estabelecidas pela ordem religiosa devessem ser cumpridas rigorosamente, permitindo assim vigiar, controlar e salientar os desvios de conduta e caráter das alunas que, quando tidas como problemáticas ou rebeldes, recebiam punições. Desta forma, pode-se dizer que a escola passou a ser, mais do que um espaço de formação, um local de repressão, segregação e seleção social, reproduzindo em seu ambiente interno as relações externas de poder e finalidade política das elites econômicas. Conforme observa Cunha (1999), a educação no Patrocínio:

(...) prima-se pela eficácia no controle do tempo. O tempo para dormir, para acordar, para as primeiras orações e refeições, para o trabalho, considerado como emprego, enfim, uma racionalidade no seu uso. Esta passagem nos leva inevitavelmente a pensar em Foucault quando se refere à disciplinarização do corpo ao tempo e também ao espaço e, à medida que o corpo é disciplinarizado, há também sujeição, visando torna-lo dócil. No caso particular das congregações religiosas católicas, o espaço do isolamento nos conventos torna-se um instrumento fundamental para tal conformação e, portanto, sujeição. A arquitetura, os corredores longos, as paredes grossas, as imensas janelas, tudo denota uma expressão de secularidade que, aliada ao silêncio, compõe um conjunto de mecanismos que constroem um modo particular de adestramento (CUNHA, 1999, p. 24).

3.2 Os intramuros do colégio Nossa Senhora do Patrocínio

A educação das filhas da burguesia, iniciada em casa com a mãe requeria um refinamento em nível de comportamento e aquisição de conhecimentos que cunhassem a formação de hábitos, que só poderiam ser viabilizados em espaço próprio, institucionalizado sob a moral católica. Para tal desenvolvimento de valores e virtudes, a submissão e aceitação dos dogmas da igreja eram amplamente disseminados e inclusive rigidamente exigidos internamente.

Em descrição resumida do Colégio, o livro “A Glorificação da Venerável Madre Maria Theodora Voiron” de autoria de Roberto Machado Carvalho, grande especialista brasileiro sobre Itu, Colégio do Patrocínio e Madre Theodora (CARVALHO, 1988 apud ZVEIBIL, 2000, p. 169), assim descreve a instituição, conforme mostra a Figura 4:

Ao adentrar o venerando estabelecimento (...) o visitante sente logo a quietude do ambiente, um convite ao respeito, ao silêncio meditativo. (...) Logo na entrada, dobra-se à direita e ao lado da Secretaria (...) abre-se o espaçoso pátio interno do Colégio, onde desponta a enorme mangueira, plantada em 1860 pela Irmã Maria Angelina Achard, que fazia parte do grupo das primeiras irmãs de São José vindas de *Chambéry* (...). Cercam-na três blocos de prédios. À frente e à esquerda, de quem penetra o pátio, a

parte mais antiga, o sobradinho que serviu de residência para as primeiras irmãs e alunas. (...) À direita, a primeira construção empreendida por Madre Theodora, um prédio majestoso, com amplo refeitório no térreo, salas de aulas no primeiro andar e dormitórios no segundo. (...). Fechando o pátio, o edifício da Escola Normal construído em 1929/1930 (...) Ao descer o pátio, o visitante faz um contorno pela esquerda e depois à direita, alcançando a velha chácara do Colégio, onde, ao meio, está o bem cuidado cemitério das irmãs (...). Retornando ao interior do estabelecimento, (...) percorre-se o longo corredor ao lado da igreja. Nas paredes laterais oito telas do Padre Jesuíno do Monte Carmelo (...). Ao fundo do corredor, à direita, (...) o pequeno Museu constituído por valiosas lembranças de Madre Theodora. (...). Finalmente, penetra-se na bela Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, construída pelo padre Jesuíno do Monte Carmelo – paredes de taipa – inaugurado em 1820 e reformada entre os anos de 1894 e 1896, quando a fachada foi totalmente modificada e a velha torre foi substituída por duas outras (...).

Figura 4 - Vista aérea da Praça Regente Feijó (Largo do Patrocínio) e do Colégio Nossa Sra. do Patrocínio.



FONTE: MACRUZ. **Histórias de Itu**, 2012. Disponível em: http://historiasdeitu.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html. Acesso em 10 out. 2016.

O regime educacional do colégio Nossa Senhora do Patrocínio era de internato. Os relatos de Dervou (2015) sobre o cotidiano do Colégio assim são descritos:

[...] conhecidas como hábeis educadoras de jovens, formando-as para a sociedade, ensinando-as desde cedo a ter hábitos de ordem, a religião, modéstia, amor ao trabalho e dando-lhes instrução apropriada a cada idade. E ensinavam com rigorosa disciplina, mas com docilidade e ao mesmo tempo, nos estimulando a melhorarmos sempre. Seguiam regras para nos

modelarem, conforme a educação conservadora, cuidando para que tivéssemos comportamentos, gestos e linguagem, adequados a uma “moça de família” - educadas e gentis. A cada instante o nosso comportamento era vigiado. Cada passo nosso era medido. Muitas mestras, a maioria entre 30 e 40 anos, eram muito meigas, delicadas, sensíveis e nos ajudavam nas nossas dificuldades apesar de que era muito difícil para elas, lidarem com nossa emotividade, educar-nos, desenvolver nosso raciocínio, chamar nossa atenção, aplicarem as regras e normas do colégio, tudo isso dentro dos seus sagrados votos de humildade e obediência. Sem o contato do mundo exterior naquela fortaleza, ficamos 4 anos em contato com um mundo artificial, anos esses que marcaram profundamente a formação da nossa personalidade, cada uma de maneira diferente, conforme as diferentes sensibilidades. Algumas ficaram 7 anos internas. Até o nosso vocabulário ficava diferente, próprio só do colégio onde a língua oficial era a francesa. Dizíamos: - Vou ao *chateaux* falar com a *Notre Mère... Gradin*, o peristilo, jaculatórias, ramallete espiritual, polidez, mostradeira, eram algumas das palavras do nosso cotidiano. Nos primeiros dias de férias, nem nossas mães nos entendiam direito. Na minha época mais de 300 pessoas eram abrigadas no colégio. A nossa madre Provincial era a Madre Maria Jacintha, nascida em 26/1/1891. [...]. Deve ter conhecido Madre Teodora Voiron, a fundadora do Colégio, pois esta faleceu em 1925. [...]. No centenário do Colégio, quando minha turma estava na 4ª série do ginásio, em 24/10/1958, Madre Jacintha lançou a pedra fundamental da primeira faculdade de Itu – a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora do Patrocínio.⁴

A educação religiosa das alunas era feita por meio da leitura de textos em consonância com os conceitos e valores morais ultramontanos, além de fazer parte da rotina diária das internas a prática de orações individuais e coletivas e a participação em festas religiosas e devocionais, de forma que a estudante, mesmo fora dos muros da escola, continuasse envolvida pelo espírito de religiosidade preconizado pela educação das irmãs de São José.

O conteúdo programático na década de 1860 do Colégio das Irmãs de São José, era composto pelo manual publicado na França em 1854 denominado por *Selecta Francesa*, que trazia textos de autores franceses sobre personagens da história antiga e dos heróis do antigo regime francês (período caracterizado pelo absolutismo monárquico, sociedade estamental e mercantilismo), além de livros de predominância doutrinária do catolicismo ultramontano. Só a partir de 1919, é que foram introduzidas no currículo dos internatos disciplinas como física, química, geometria e álgebra.

Uma atividade bastante comum nos colégios de Itu e São José era um curso de literatura no gênero epistolar. As alunas faziam composições literárias em forma de carta ou descrição, prática constante, quase diária, onde as meninas escreviam sobre a vida de santos, de personagens reais

⁴ Relato feito em 13/10/2015, por Dora Dervou sobre o cotidiano do colégio em seu *blog* “Histórias do Colégio N. Sra. Do Patrocínio de Itú”. Dora foi ex-aluna interna do colégio e atualmente reside em Athenas (Grécia). Disponível em: <<http://historiasdocolegiopatrocinioitu.blogspot.com.br/>>. Acesso em 12 jan. 2017.

ou fictícios que tivessem na própria vida um exemplo de moral e religiosidade a ser seguido.[...] Quanto ao ensino de História, em especial de História sagrada, criava-se uma atmosfera em torno da vida dos antigos que viessem servir de exemplo contrário ao estilo de vida que pregava a modernidade, além da compreensão da própria doutrina católica. O cristianismo se fundamentava em uma teoria que explicava todo o movimento histórico a partir da existência de um plano de salvação elaborado pelo Criador. Assim, felizes os que podiam frequentar uma escola católica, pois lá aprenderiam o verdadeiro sentido da história dos homens e das funções da Igreja (SAPATERRA, 2012, p. 64).

Além dos altos muros que isolavam o ambiente escolar do mundo externo, em todas as paredes dos internatos, conventos e seminários da ordem consta a frase “Deus me vê”, que de forma até intimidadora lembrava as internas que o Criador, mais do que qualquer ser humano, tudo via e anotava para depois prestar contas na vida eterna. Os uniformes, tanto das alunas como das professoras, também eram sinal de recato e discrição, não devendo de forma alguma valorizar o corpo feminino, por isso, era composto de “vestido preto, luvas pretas, capa preta e chapéu branco”. (SAPATERRA, 2012, pp. 59-60).

Além do internato, que era pago, havia também o externato gratuito. Oferecido àquelas que não tinham recursos para o internato, o externato visava oferecer uma educação oposta à das escolas protestantes. Havia ainda o regime de orfanato, que atendia as meninas sem recursos. O caráter assistencialista e o conteúdo curricular das alunas estavam relacionados às suas condições financeiras, pois havia diferenças em ser aluna do internato e externato. Conforme o Inspetor Literário de Itu, Joaquim Domingues Lopes, ao apresentar em 1º de agosto de 1886 um relatório didático-pedagógico no qual constava:

INTERNATO	EXTERNATO
a) Professores 25	a) Professores 5
b) Matérias 20	b) Matérias 8
c) Alunas 172	c) Alunas 140
d) Seriação 7 séries	d) Seriação 3 séries 4

(SAPATERRA, 2012, p. 58 apud MANOEL, 1996, p.73).

A observação do inspetor demonstra a divisão social na prática escolar e a condição financeira e posição social de cada aluna. Em relação às crianças pobres abrigadas o estatuto da escola determinava:

O cuidado das crianças pobres é uma das principais funções da Congregação. Neste laborioso mister e nesta grande missão é que as Irmãs devem desenvolver todo o ardor de seu zelo; pois, é da boa ou da má educação das crianças que depende principalmente o futuro feliz ou infeliz da sociedade. Por isso elas se encarregarão da direção de salas de asilo para a infância, de escolas para crianças pobres e de orfanatos. Abrirão

escolas domésticas, em que ensinarão às jovens os trabalhos manuais, próprios de sua condição.⁵ (NEGRÃO, 2009 p. 57).

Os orfanatos eram para as meninas que estavam fadadas aos trabalhos domésticos, função destinada a elas a partir da educação das freiras, que lhes ensinavam, além da religião, as primeiras letras e as prendas do lar. Por isso era comum nos orfanatos “que as meninas trabalhassem de faxineiras, passadeiras e cozinheiras”, sendo algumas delas “preparadas para exercerem a profissão de professoras das escolas públicas” (SAPATERRA, 2012, p. 59).

Zveibi (2000, p. 170-171), em sua obra “Machado: retrato de família” traz uma cópia do impresso que os pais recebiam ao matricularem suas filhas na “Casa de Educação de Nossa Senhora do Patrocínio dirigida pelas Irmãs de São José em Itu” (Vide Anexo A). Nele constam as diretrizes, disciplinas ministradas, descrição dos uniformes e do enxoval obrigatório, além de condições de documentação e valores. Além disso, há um campo de observação em que são descritas os conteúdos específicos ministrados em gratuidade à comunidade:

Formar as meninas na pratica das virtudes que convém ao seu sexo; fazer com que cedo contrahirão habitos de ordem, modestia e trabalho; inspirar-lhes com o amor á religião, um grande affecto as obrigações que ella impõe; ornar o seu espirito com uma instrucção apropriada á sua idade e aos deveres que um dia terão de cumprir na sociedade: eis o fim a que se propõem as Irmãs de S. José no seu desvelo para com as jovens pensionistas, cuja educação lhes é confiada. Compenetradas da importancia de sua missão, applicão-se especialmente a dirigir as tendencias do coração e do espirito de suas discipulas, e a dar-lhes uma instrucção solida, e todos os conhecimentos que entrão no plano de educação por ellas adoptado. Emfim, desejando antes de tudo justificar a confiança dos pais e corresponder ás suas vistas, como Mães cuidadosas, dão uma attenção prticular a tudo o que póde interessar a saude das pensionistas. (...) N.B. A casa tem aberta uma aula gratuita, em que se ensina religião, lêr, escrever, costurare contar. Tem tambem outra para externas, cujas alumnas pagão ...\$000 réis. Ensinão-se nellas as materias da antecedente, e muitas das que estudão as internas (ZVEIBI, 2000, p. 170-171).

3.3 Transformações sociopolíticas que afetaram o colégio

No século XIX começam a ganhar força novas teorias educacionais por pensadores como Locke, Rousseau, Pestalozzi e Herbart, seguidores das ideias

⁵ Artigo 166 do regulamento da Congregação das Irmãs de São José de *Chambéry*. (NEGRÃO, 2009, p. 57).

iluministas e do modernismo que, “mesmo crendo em Deus, diferenciavam a fé da razão, o saber da revelação e a educação na religião” (SAPATERRA, 2012, p. 62).

Essas teorias começaram a desestruturar o pensamento sobre a educação para desligá-la da religião, além de modificar os paradigmas associados ao formato da educação no país.

Nesse contexto, em que de um lado o ensino religioso vai perdendo força e começando a se fazer presente o aspecto da laicidade do Estado, e de outro lado se inicia o movimento de renovação da escola primária empreendido pelos primeiros governos republicanos, a educação passa por um forte momento de transição.

Para o período republicano, Souza (1991) analisa o caráter político da educação, vista pelas elites dominantes da época como ferramenta essencial para consolidação e manutenção do sistema republicano, ao mesmo tempo que aborda a educação também como instrumento de seleção social. Para a autora:

O início do século é um período importante para a compreensão da história do acesso da população à escola. O regime republicano instituiu a necessidade social desta instituição e a educação popular adquiriu centralidade política como nunca tivera antes no país. Foi considerada nesta época, condição imprescindível para a cidadania, meio necessário para a consolidação da nova ordem social e o maior problema da Nação. No entanto, efetivamente, ela se estabelece na sociedade brasileira como instrumento de seleção. [...] E, ao se falar em educação popular, educação do povo, fazia-se referência ao ensino primário, o mínimo – na perspectiva liberal democrática, que deveria ser universalizado. [...] Detentores dos canais de expressão político-social, principalmente a imprensa e o Legislativo, os intelectuais, educadores e políticos liberais republicanos difundiram, propagandearam e instituíram suas concepções de educação popular tornando-as hegemônicas na época. (SOUZA, 1991, p. 2).

É esta raiz histórica que ainda hoje esteja na educação um dos principais pilares para a construção de uma sociedade moderna. No caso do Brasil, a necessidade constante de uma educação de qualidade para as camadas populares nunca é atendida, pois serve de instrumento de pauperização crescente das massas, gerada pelo sistema capitalista e, ao mesmo tempo, de pressão política quando associadas a outros movimentos político-populares que reivindicam benefícios sociais como saneamento básico e saúde.

Naquele momento, a modernidade significava, no plano político, a consolidação do regime republicano-democrático e, no plano sócio-econômico, a expansão do capital, o crescimento urbano e a industrialização. Compreendia a síntese das transformações que se opunham ao antigo regime e dava o tom ao próprio sentido das mudanças. O sentido da modernidade passava pela incorporação de uma nova concepção de mundo, pelo engendramento de relações sócias e culturais diferenciadas, outras formas de lidar com a política, e implicava em novas

formas de relação entre trabalho e capital. Por isso, os projetos de modernização da sociedade brasileira propugnados então pelas elites dirigentes, intelectuais, políticos e educadores, tinham a direção e se confundiam com a própria consolidação do novo regime. [...] O termo educação era usado de tal forma que se confundia e muitas vezes substituía a própria ideia de escolarização. A educação republicana elegeu a escola como a instituição fundamental onde ela se concretizaria. [...] Outro aspecto político, pertinente à consolidação da nova ordem, dizia respeito ao papel da educação no projeto de homogeneização da sociedade brasileira. Significava tanto a integração do imigrante quanto o controle e disciplinarização da classe trabalhadora com vista a minimizar os conflitos sociais (capital x trabalho), ou seja, a conformação de todos aos valores ideais e concepção de mundo consoantes à ordem burguesa. (SOUZA, 1992, pp. 64-65).

O artigo “Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares no Brasil” da Prof. Dra. Rosa Fátima de Souza, publicado na obra “O Legado Educacional do Século XIX” de Saviani et al (2006) aborda o projeto republicano de educação popular nestes termos:

Eram precárias as condições do ensino público na província de São Paulo e em todo o Império durante o século XIX. Havia poucas escolas privadas, funcionando em salas impróprias, com mobiliário e materiais didáticos insuficientes; a maior parte dos professores era formada por leigos que recebiam poucos salários. O desinteresse do Poder Público pela educação elementar era desolador, o que explica o florescimento das escolas particulares em todos os níveis de ensino. Por isso, o movimento de renovação da escola primária empreendido pelos primeiros governos republicanos teve um profundo significado político, social e cultural. Tratava-se não apenas de sua difusão para o meio popular e da democratização do acesso à leitura e escrita – instrumentos culturais cada vez mais valorizados nas sociedades urbanas e nos regimes republicanos -, mas também, da implantação de uma instituição educativa comprometida com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira. Nas décadas finais do século XIX, a educação popular tornou-se uma das bandeiras de luta dos liberais republicanos. Na província de São Paulo, as ideias de renovação do ensino consolidaram-se a partir da rica experiência das escolas particulares confessionais e leigas que foram instaladas na segunda metade desse século. Muitos republicanos que posteriormente atuaram, direta ou indiretamente, na política educacional do novo regime estiveram envolvidos com essas escolas, seja oferecendo apoio, seja como alunos (SAVIANI et al., 2006, p. 51-53).

A partir desse contexto, a educação foi se reconstruindo em um novo cenário, em que a proposta passou a ser levada a todas as pessoas, independentemente de raça e classe social. Ainda, segundo a Prof. Dra. Jane Soares de Almeida, em seu artigo “Vestígios para uma Reinterpretação do Magistério Feminino em Portugal e no Brasil a partir do Século XIX” publicado na obra “O Legado Educacional do Século XIX” do Prof. Dr. Saviani et al (2006, p. 189): “em São Paulo, por volta de 1890, após a proclamação da República e com a reforma efetivada por Caetano de Campos, foi

que a escola normal se estabeleceu mais seriamente no sistema escolar e principiou a se desenvolver e adquirir um determinado prestígio”.

Nesse sentido, Souza (2006) refere-se a criação dos Grupos Escolares e a expansão das escolas normais:

A formação foi um dos aspectos prioritários na proposta inicial de reforma da instrução pública em São Paulo. De fato, pela Escola Normal iniciou o processo da reforma como já foi assinalado anteriormente; por isso, a importância dessa escola como centro de formação do magistério e divulgadora de ideias e processos de renovação do ensino não podem ser subestimados. Inicialmente foram previstas a criação de quatro escolas normais, porém somente a da capital funcionou nas duas primeiras décadas republicanas. Para solucionar o problema da necessidade de formação rápida de professores para as escolas preliminares o governo transformou as escolas complementares correspondentes ao segundo grau do curso primário em escolas de formação de professores. Dessa forma, além de descaracterizar completamente a fase complementar do ensino primário foi estabelecida a dualidade no sistema de formação do magistério – a escola normal com um ensino de qualidade superior e as escolas complementares com o ensino pouco mais aprofundado que o elementar. (SOUZA, 2006, p. 58).

A inserção feminina no campo da educação se deu por vários motivos, dentre eles o seu instinto maternal, natural da mulher de proteger e acolher a criança, e pela sua formação escolar, por outro lado pelo pouco atrativo financeiro aos homens e por fim a necessidade de um grande contingente de professores por conta da expansão da instrução pública. Segundo Souza (1998):

De um lado sobressai o apelo à natureza voltada para o cuidado e guarda natural da criança; assim, o instinto maternal da mulher é o argumento para justificar a sua incorporação nesse campo de trabalho; por outro lado, podemos perceber nas palavras do parecerista um argumento mais persuasivo de natureza pragmática – a necessidade de suprir trabalhadores em larga escala para uma atividade pouco atrativa. (SOUZA, 1998, p. 63).

As Escolas Normais significaram a inserção feminina no mercado de trabalho, como também na educação escolarizada, fazendo a transição do espaço doméstico para o público. Ressalta-se que, com a expansão da instrução pública e a criação das Escolas Normais, as quais possibilitavam a educação escolarizada e a inserção da mulher no trabalho, acarretou a diminuição da demanda de alunas nos colégios religiosos, perdendo conseqüentemente sua força religiosa e seu prestígio neste período.

4 O LEGADO DE MADRE MARIA TEODORA VOIRON

Maria Teodora não foi apenas à grande Missionária, o símbolo da caridade cristã, a excepcional administradora e orientadora sem par nos destinos da Congregação. Foi e sobretudo, uma educadora, a qual deve todo o Estado de São Paulo a instrução, a cultura, aliada aos princípios cristãos em toda a Paulicéia.

Seu trabalho desde que chegou a Itú foi o de semear a educação e a instrução, principalmente no tocante à mulher paulista até então entregue apenas às prendas domésticas, alheias que estavam ao cultivo das letras, além de carecerem das luzes da Religião, tão combatida, como vimos pela heresia que na época reinava na terra de Anchieta (FARIA, 1977, p. 123).

À época da chegada das irmãs de *Chambéry* ao Brasil a preocupação com a pobreza era praticamente inexistente e a caridade era considerada utópica, sendo que a preocupação com os problemas sociais daí advindos seriam atinentes ao governo. Por essa razão, Madre Teodora sofria críticas e era considerada “uma intrusa com a máscara da caridade” (FARIA, 1977, p. 124).

No entanto, Madre Teodora prosseguia em seu trabalho com uma fé inabalável em sua missão divina. E este trabalho se frutificou pouco a pouco, primeiramente pela criação do orfanato gratuito anexo ao Colégio de Nossa Senhora do Patrocínio. Em 1865 Madre Teodora abriu o Externato São José ao lado do colégio. Em 1867 duas irmãs assumiram a direção da Santa Casa de Itu. Em 1871, o Presidente da Província confiou a direção do Seminário Nossa Senhora da Glória às Irmãs de São José (FARIA, 1977).

4.1 O papel de Madre Teodora na educação

Madre Maria Teodora Voiron nasceu Luísa Josefina Voiron, no dia 6 de abril de 1835, na cidade francesa de *Chambéry*. Filha de agricultores, ficou órfã de mãe aos 10 anos de idade, quando o pai a matriculou no Instituto que as Irmãs de São José haviam fundado na cidade. Aos seus 13 anos ingressou na vida religiosa (FARIA, 1977).

Aos 17 anos, tornou-se noviça e aos 19, consagrou-se freira, tornando-se a irmã Marie-Théodore⁶ e, sendo escolhida, aos 24 anos, para dirigir o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu. Segue trecho do Prefácio feito por Manoel Vitor, da Academia Cristã de Letras, para o livro biográfico de autoria de Carlos Coelho de Faria (1977), intitulado Vida e Obra de Madre Teodora.

Madre Maria Teodora Voiron foi a pioneira das educadoras religiosas no Estado de S. Paulo, pois para aqui veio em 24 de maio do longínquo ano de 1859, procedente de *Chambéry*, na França, e aqui se localizando, por primeiro em Itu, ao tempo em que a educação escolar de nossas filhas era deficiente e precária [...]. Merece a gratidão imorredoura das mães brasileiras, pelo muito que realizou no seio das famílias, educando, assistindo, elevando, instruindo e dignificando a juventude. (VITOR, 1977,s/p).

Considerando-se a tenra idade e o desafio que lhe fora imposto em um estado rico, numa cidade não só provinciana, mas politicamente elitista e tradicional, precisou de habilidade no trato não só com a Igreja, a quem respondia por suas ações, mas também junto a sociedade local, à medida em que constantemente era solicitada a atender interesses emergentes (FARIA, 1977).

Numa demonstração de seu posicionamento, bastante inovador para a época, convenceu a igreja a abrir um semi-internato aceitando jovens negras como alunas (FARIA, 1977).

À frente do seu tempo o colégio, na pessoa da Madre Teodora Voiron, demonstrou maleabilidade e versatilidade diante das demandas que percorreriam e percorrem a história e que, em sua época, revelou ser mais uma maestria da madre como religiosa e educadora diante da indiferença e menosprezo da sociedade, não só para com os menos favorecidos, mas sobretudo para com os negros.

4.1.1 Obstáculos ao trabalho de Madre Teodora

Um dos primeiros desafios enfrentados pela madre de acordo com biografia publicada pela Congregação de São José de *Chambéry*, foi a chegada ao Brasil, ocasião em que a religiosa teria chorado “copiosamente” pela falta de porto na cidade de Santos (CUNHA, 1999).

⁶ Em 1989, o Papa João Paulo II concedeu a Madre Teodora o título de Venerável. O processo para beatificação da madre está em Roma, aguardando comprovação médica e da Igreja Católica de um dos milhares de milagres até hoje atribuídos à religiosa (SITE OFICIAL DE MADRE MARIA TEODORA VOIRON, s/d).

Ainda segundo Cunha (1999), a religiosa francesa teria enfrentado dois desafios concomitantes. O primeiro foi o pré-conceito e desconfiança sobre sua competência por parte de Dom Antônio Joaquim Mello em função de sua pouca idade (tinha 24 anos). O segundo foi a disputa velada de poder com a administradora da Congregação, madre Maria Justina Pepín. Todavia, com paciência e resignação peculiares, ela logo conseguiu provar seu valor.

Durante quatro meses Irmã Teodora suportou com extrema paciência algumas provações dadas pela Superiora Interina [...]. Para pô-la a prova, ordenava que copiasse modelos de tapeçaria; depois de pronto o trabalho, mandava desmanchar. [...]. Impressionado com o que via e ouvia sobre aquela eleita, D. Antônio apressa-se em corrigir o engano inicial, colocando-a no cargo para o qual foi designada. D. Antônio escreve à Superiora Geral: “concluí que sua sensatez, sua discrição, sua prudência, triunfaram sobre todos os obstáculos. Pareceu-me ver nela, bom senso e condescendência, qualidades indispensáveis a uma superiora. Tudo me convenceu que ela deveria governar” (CUNHA, 1999, p. 52).

O idioma e a falta de recursos para a manutenção do colégio, também foram empecilhos iniciais ao trabalho da madre, que com determinação e resiliência, associadas ao exemplo de virtude e fé cristã que buscava imprimir a tudo o que fazia, superou a todos, conforme relata a biografia escrita por Faria (1977).

Procurou Maria Teodora inteirar-se primeiro da saúde das Irmãs. Depois teria de vencer as dificuldades de comunicação, pois o francês era a linguagem corrente e quase ninguém, inclusive as missionárias, conheciam o idioma português. Com relativa facilidade aprendeu a nossa língua e foi ensinando a cada uma de suas colaboradoras o manuseio da linguagem brasileira. [...] espalhou-se a fama do colégio. Numerosas alunas afluíam à matrícula, pois até então não havia nos demais recantos do Estado de São Paulo outro educandário para meninas. As dificuldades, entretanto, de manutenção do estabelecimento cresciam; mas Maria Teodora procurava por todos os meios e modos vencer os obstáculos. Contudo sua Fé na obra que iniciava não esmorecia. “Deus estava comigo” – dizia. E assim parecia acontecer. Pois, num desses momentos críticos, eis que morre em Paris uma outra grande dama, a Senhora D. Gabriela de Barros de Paula e Souza, filha da generosa baronesa, já então unida a Madre Maria Teodora, deixando para a Congregação um legado de 12.000 francos em benefício da restauração da Igreja do Patrocínio. Com esse novo recurso, foi então possível aumentar o número de obreiros, embora tal importância fosse insuficiente para cobrir todas as despesas. (FARIA, 1977, p. 74).

Também enfrentou a incompreensão e a divergência de opinião entre seus superiores, fazendo com que surgissem dúvidas sobre sua conduta a frente do trabalho que lhe fora confiado, tendo, inclusive, que viajar para a França (em 1866) para dissipar desentendimentos que haviam surgido com o governo geral da congregação.

Prontificou-se o Revdmo. Capelão a ir a *Chambéry* no propósito de explicar a Madre Felicidade a situação em que se encontrava a Congregação. Si bem que Maria Teodora não achasse muito oportuna a ida do Capelão a *Chambéry*, este por sua conta e risco empreendeu a viagem. A sua permanência em *Chambéry* durou cerca de alguns meses tendo depois regressado com seis novas colaboradoras, entre as quais se incluía uma sobrinha, mas que logo faleceu. Não trouxe o referido padre boas notícias, pois tivera com a Madre Geral certo desentendimento, o que o levou a ser de opinião que Madre Maria Teodora deveria romper com *Chambéry* o que levou esta a responder: “Sou religiosa. Devo me conservar sempre submissa e unida à minha Superiora Geral”. [...]. Ao mesmo tempo, Madre Felicidade, mal informada, passou a acreditar que a Superiora do Patrocínio se emancipava e não mais aceitaria os conselhos dos sacerdotes encarregados de guia-la. [...] a falta de compreensão chegou a tal ponto que Madre Felicidade exigiu a presença de Maria Teodora em *Chambéry*. Esta não hesitou em obedecer a ordem recebida: mas antes seria necessária a aquiescência da Autoridade Eclesiástica para levar a cabo seu objetivo. Finalmente, a 6 de julho partiu Maria Teodora com destino a *Chambéry* [...]. Na travessia, foi acometida de febre alta, chegando mesmo a delirar. Em Bordeaux não lhe foi possível prosseguir na viagem. [...] Vinte dias permaneceu Maria Teodora na casa acolhedora. Findo esse prazo, prosseguiu viagem, chegando a pôr fim à casa Matriz [...]. Esta teve que comparecer, como culpada, perante o Conselho. De joelhos, ouviu toda a série de acusações feitas contra ela. [...] sem pronunciar uma palavra de defesa ou justificação, recebeu as repreensões que lhe foram dirigidas. [...]. Somente alguns dias, antes de sua partida é que Madre Maria Felicidade a compreendeu e disse-lhe: “Minha querida filha, tratei-a mui duramente[...] Madre Felicidade até a sua morte lhe dera apoio, pois confiava na sua filha, conhecia os seus sentimentos, a sua fé, as suas determinações enérgicas quando se fazia necessário atendendo solicitações, no tocando ao envio para o Brasil de maior número de Irmãs para ingressar nas novas Instituições que ia fundando. Mas, não raras vezes vacilava e se recusava ao apelo de Maria Teodora. Pois não eram apenas os leigos que lhe escreviam, mas também alguns prelados que por isso ou por aquilo discordavam da atuação de Maria Teodora achando que ela exorbitava nas iniciativas que assumia.” (FARIA, 1977, p. 75-78; 125).

Este episódio ilustra uma notável habilidade de conciliação de Madre Teodora, que fizeram com que não só dirimisse as dúvidas que pairavam sobre si, como também voltasse ao Brasil com novas missionárias, entre elas sua irmã caçula Maria da Apresentação, que também havia ingressado na congregação tornando-se professora, e o irmão que se tornara padre sendo posteriormente capelão no Colégio Nossa Senhora do Patrocínio.

Hoje a imprensa é defensora da beatificação de Madre Teodora, como ressalta a matéria publicada em novembro de 2015, na Revista Regional de Itu, por ocasião da comemoração dos 90 anos de morte da religiosa. Nela o jornalista Luís Roberto de Francisco, de certa forma atribui à Superiora da Ordem de São José de *Chambéry*, o pioneirismo no empreendedorismo feminino no Brasil.

Mulher de virtudes espirituais, como superiora, demonstrou extraordinário empreendedorismo no tempo em que às mulheres cabiam as tarefas

domésticas, absolutamente dependentes de seus pais ou maridos. Além do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, Madre Voiron abriu outros sete educandários pelo Estado de São Paulo, pela grande demanda de formação às jovens: Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho em Taubaté (1879), Colégio da Glória em São Paulo (1880), Colégio N. Sra. de Lourdes em Franca (1888), Colégio Sagrado Coração de Maria em São Paulo (1892), Colégio N. Sra. da Assunção de Piracicaba (1893), Colégio São José em Jaú (1901) e o Externato Santa Cecília em São Paulo (1909) (FRANCISCO, 2015, p. 35).

Entretanto no passado parte da sociedade local e da imprensa combateram, por vezes de forma rude, o trabalho das irmãs de *Chambéry*, especialmente no que se referia ao ensino das Escrituras, como relatado em trecho de carta enviada por Madre Teodora à Superiora Geral, em 28 de dezembro de 1859:

Mas, no interior fazem-nos um pouco de guerra; nossa mudança excitou a raiva dos maus; eles não se conformam com a ideia de que a mais rica e bela igreja, não somente da cidade, mas da província, passe para as mãos de estrangeiros. Veem que nossa obra prospera, que gozamos das simpatias de um grande número e não nos podem perdoar. (FARIA, 1977, p. 57).

A atuação empreendedora da madre Marie-Théodore Voiron também é destacada por Rogers (2014), que menciona a Legião de Honra, a mais alta condecoração dada pelo governo francês, concedida à religiosa, em 1919, pelo então embaixador da República Francesa no Brasil, A.R. Couty. Em seu discurso o embaixador frisou o papel político da madre Superiora e como a influência europeia, sobretudo a francesa, se fez presente no modelo educacional brasileiro.

Imensa a obra francesa por ela realizada, pois é em grande parte graças à ação das mulheres brasileiras educadas nos estabelecimentos franceses que nossa influência pôde felizmente se opor à influência germanófila exercida pelos congregacionistas beneditinos que, há vinte anos, vêm instruindo a maioria dos jovens. (FRANÇA, Archives nationales, LH/2736/56 apud ROGERS, 2014, p. 57).

Madre Teodora era uma mulher de visão, pois, desde sempre, quis expandir as fronteiras de sua atuação para além dos muros do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, bem como dar acesso à educação aos socialmente menos favorecidos, como os escravos e órfãos. Porém, o trabalho, até então, restringia-se a Itu.

A expansão era o objetivo de Madre Maria Teodora. A sua Instituição não deveria se restringir ao colégio de Itu. Outros estabelecimentos de ensino deveriam irradiar por todo o Estado, além de orfanatos e asilos que depois se ramificaram em inúmeras cidades paulistas, embora a Congregação de São José tenha a sua Casa Provincial na cidade de Itu, pois foi dali que teve início a formação de diretoras e professoras para os diversos educandários fundada em todos o Estado de São Paulo. [...]. Por outro lado, a situação dos escravos sensibiliza por demais o sentimento de Maria Teodora e que,

apesar de todas as dificuldades, constituiu uma de suas maiores preocupações. Nesse sentido escreveu à Madre Geral uma carta, na qual dizia: “Pobres pretos, ou pobres escravos que nos rodeais” As, se nos fosse dado neste mesmo instante ensinar-vos o meio de amenizar a vossa dura e penosa existência, que alívio para nossos corações! ” E condoída pensa e age abrindo uma escola para as filhas de escravos que ali iriam aprender e a servir o Senhor! (FARIA, 1977, p. 89-90; 95).

O interesse em expandir a atuação da ordem para outras cidades era muito mais de padre Eugênio de Rumilly do que de Madre Teodora, que “nunca se cansara de dizer que não podia tomar uma resolução, sem a permissão expressa da sua Superiora Geral” (FARIA, 1977, p. 100).

Porém, foi Madre Teodora quem organizou um orfanato para meninas e um hospital para atender as que não tinham famílias ou haviam sido abandonadas pelas mesmas (FARIA, 1977, p. 100).

A obra iniciada não tinha nenhuma ajuda, nenhuma renda. Raramente algumas esmolas e roupas velhas constituíam os recursos de que dispunham. O local em que eram recolhidas ficava numa dependência do Patrocínio e ao todo contava 16 órfãs. Essas crianças que antes passavam fome, passaram a ter o pão de cada dia. Ao mesmo tempo aprendiam os ensinamentos cristãos e com a educação recebida se tornaram mais tarde excelentes mães de família, pois não só recebiam instrução como também se adestravam nos trabalhos manuais, nos artesanatos (FARIA, 1977, p. 96).

Em 1879 fundou-se em Taubaté o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, precursor de ideias feministas e, em 1888, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Franca, que funcionava no sistema de internato para as meninas provenientes da região e externato para as moradoras da cidade, oferecendo educação primária e ginasial.

De acordo com Oliveira (2009) o fato da cidade de Jau ter sido fundada por famílias originárias de Itu, influenciou na instalação do Colégio São José, em 1901, administrado pelas Irmãs de São José, sob a liderança de Madre Voiron, e, o quanto o trabalho das mesmas contribuiu para que a cidade ganhasse prestígio no cenário sócio-político da época. As Irmãs de São José em Jaú, até a crise econômica de 1970, que obrigou o colégio a fechar suas portas, sendo posteriormente reaberto, mas desta vez como patrimônio da Prefeitura Municipal de Jaú.

Até o surto do movimento feminista que começou em fins do século XIX e, sobretudo depois do enorme impulso que lhe deu a Grande Guerra, a educação das classes abastadas tinha um cunho de formação literária e distinção notável. Não se preocupavam as moças da procura de uma carreira. As ciências físicas e naturais eram ensinadas como complemento

da instrução e meio de conhecer a compreender algo do movimento científico crescente, mas a literatura, a história, as disciplinas formadoras da cultura geral, dominavam as demais (PEETERS Y COOMAN, 2005 apud MANOEL, 2012, p. 18).

Em relação às manifestações contrárias, Cunha (1999) observa que “o cerne prioritário de ataque eram os jesuítas” e que as irmãs de São José também se tornam alvo dos ataques, por serem favoráveis a eles. Para ilustrar sua observação, ela cita um trecho de matéria publicada em 6 de março de 1880, no jornal *Gazeta de Campinas*, assinada, segundo a autora, por Campos Mello sob o codinome de *Ollem Sopmac*, reproduzido parcialmente:

Vê-se, pois, que a única coisa que se ensina com desvelo é o que lhe chama religião, e que seria, senão estivesse enxertada das mesmas superstições dos jesuítas. Não vale a pena tão pouca cultura intelectual em troca de tanto fetichismo. Quanto a moralidade diremos somente que não vemos razão, para se julgar uma menina menos segura sob a guarda de honrados e exemplares paes de família como o sr. Pestana e sr. Morton, do que em uma casa onde entrava e saía a hora que queria, e penetrava com a liberdade até os lugares mais internos, homens da qualidade de Frei Eugenio e seus companheiros, cujas prosas são conhecidas em São Paulo. Não concluiremos sem aduzir mais alguns factos tendentes a mostrar o que são jesuítas, e o que eles têm produzido em Itu. Assetaram seu quartel general no collegio, destacaram uma sentinela na Misericórdia, outra no Patrocínio, outra no Carmo, outra no Conventinho, e a guarda avançada no Bom Jesus, tomaram todas as posições fortes e são hoje senhores absolutos da praça” (CUNHA, 1999, p. 60-62).

De acordo com os apontamentos de Faria (1977), que assim como outros biógrafos descreve a madre a partir de uma postura cristã apologética, “havia uma guerra surda” contra o trabalho das Irmãs de São José, sendo “as mentiras e sobretudo as calúnias as armas prediletas”, mencionando que, quando elas assumiram a administração do Seminário da Glória, em São Paulo, o principal jornal da Província “aproveitou a ocasião para injuriá-las de maneira inqualificável, atacando também os Padres capuchinhos, no tempo responsáveis pelo citado estabelecimento”. (FARIA, 1977, op. cit., p.103-104).

Faria (1977) destaca ainda a importante influência e suporte de Dom Joaquim Melo em todo o trabalho desenvolvido pelas Irmãs de São José, a quem o autor chama de “Bandeirantes de Luz”.

Dom Joaquim de Melo foi o grande pioneiro, o verdadeiro fundador da Congregação das Irmãs de São José, no Brasil. [...] A ele cabe, sem nenhuma dúvida, a instalação do Colégio do Patrocínio a quem tanto deve a expansão de outros educandários que ainda permanecem em toda São Paulo, não só isso como também os estabelecimentos de caridade que acolhem os pobres e os velhos marginalizados em asilos, bem como a assistência cristã e piedosa em vários hospitais da capital e do interior

paulista. [...] Ele era o guia supremo, o incansável pastor de almas que ao morrer em 1861 e, portanto, cinco anos depois, deixava um claro nas fileiras de suas missionárias (FARIA, 1977, p. 38).

4.1.2 As mulheres formadas pelas Irmãs de *Chambéry*

O adulto é o resultado daquilo que vivencia, aprende e desenvolve durante o seu crescimento. O papel da escola é determinante na contribuição para a formação do senso de criticidade do indivíduo, bem como de sua percepção enquanto ser político e cidadão dentro a sociedade em que se insere.

Todavia, apesar do trabalho desenvolvido com pioneirismo no município de Itu, pouco ou quase nada se encontra sobre o que aconteceu com as ituanas que foram formadas no Colégio de São José, assim como sobre o real motivo que fez o colégio sucumbir, em detrimento aos demais, que da mesma ordem continuaram a prosperar.

Contudo, é exatamente ao analisar os colégios, instituições gerenciadas pelas Irmãs de *Chambéry* e o projeto pedagógico implementado por elas a serviço das elites dominantes da época, percebia-se que o objetivo de formar mulheres recatadas e do lar era cumprido.

Foi no contexto de avaliar as repercussões da formação imposta pelas Irmãs de *Chambéry* na vida adulta de suas educandas que, entre 1999 e 2002, que Ana Maria Melo Negrão (2009) entrevistou 26 egressas do asilo de órfãos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Gerido pela Irmãs de São José de *Chambéry*, o asilo foi fundado em 1889, com o objetivo de amparar meninas que ficaram órfãs em razão da epidemia de febre amarela que assolou Campinas naquele período.

Negrão (2009) destaca que o asilo se configurou como uma estratégia de política educativo-social, “integrada pelas categorias sociais dominantes – Igreja, Imprensa e Oligarquia” (p. 97), sendo o único local destinado ao acolhimento de órfãos, pobres e, em especial, negras, na faixa etária dos seis aos quinze anos de idade. Além disto, era claramente uma ferramenta de exclusão e seleção social ao discriminar, no regulamento da Ordem, formas distintas de educar meninas pobres e as meninas ricas – estas últimas estudantes dos externatos.

Fora do internato, cada uma seguiu o seu destino, e um significativo número delas preferiu dizer terem sido alunas da “escola” da Santa Casa, em substituição ao termo “asilo”. Algumas se mantiveram solteiras,

profissionalizaram-se, dedicaram-se aos sobrinhos, porém, a grande maioria das entrevistadas casou-se antes dos vinte anos, em geral, abdicando do mundo do trabalho fora do lar. Três egressas que se tornaram advogadas, quando procuradas para entrevista, negaram-se, por considerarem constrangedor que a sociedade de Campinas conhecesse essa etapa de suas vidas, para elas apagada e enterrada, não integrando seus dados biográficos. (NEGRÃO, 2009, p. 98).

Os relatos das ex-internas deixam transparecer sentimentos contraditórios e, ao mesmo tempo, que reforçam as raízes sedimentadas da educação providencialista ultramontana, ou seja, um misto de resignação e conformismo diante da vida dura que tiveram dentro do asilo, chamado por muitas delas de escola como forma de negação aos pontos negativos deste modelo de processo educativo.

Ficava orgulhosa de prestar serviços para as freiras. Para a procissão de 15 de agosto, passei e engomei 78 vestidos de saia preguçada e gola marinheiro – o uniforme de gala das internas. Nem todas tinham habilidades, mas eu bordava, passava roupa, e chegava a fazer cinco trabalhos para exposição de artesanato. Um dia a Irmã falou: “M.B., vai até a porta da cozinha da Santa Casa”. Pensei que ia ser castigada por alguma coisa, mas era para limpar os lustres da Santa Casa para as festas. Ficava toda contente por ter sido a escolhida e ganhava um cálice de vinho quando acabava o serviço. No quarto domingo do mês, as famílias traziam doces para as internas, e tudo era guardado num armário para ser comido depois. Certa noite, algumas meninas levantaram e comeram os doces. As freiras descobriram e, como castigo, deram óleo de rícino para todas elas. Daí foi só dor de barriga e diarreia. Tenho saudade do Asilo e se sou boa dona de casa e boa esposa devo tudo a elas. (NEGRÃO, 2009, p. 21).

Durante o internato o trabalho doméstico era considerado uma prática educativa e os castigos aplicados pelas freiras, apesar de ser uma distorção pedagógica, era encarado de forma natural pelas educandas, assim como a discriminação racial. Porém, estas práticas manifestaram-se em sequelas, traumas na vida adulta destas mulheres.

Por trás, portanto, do aparato filantrópico, por todos celebrados, estavam objetivos bem racionais e práticos, próprios de uma sociedade capitalista, capaz de transformar o Asilo numa escola de treinamento e formação de empregadas domésticas e futuras e laboriosas esposas de operários produtivos. (...) A rotina da vida em comum no Asilo era absorvida pelo trabalho chamado doméstico, que se distribuía entre os cuidados com a roupa, aos arranjos da cama e mesa, cabendo-lhes lavar a roupa, engomar, consertar, costurar. Todos os serviços ligados à cozinha, banheiros, etc. também cabiam às órfãs, sob a superintendência das irmãs (NEGRÃO, 2009 p. 224).

Acerca da educação feminina numa instituição confessional:

(...) Cabe-nos inferir que uma instituição fechada, como a que foi investigada, preocupada com a educação e salvação da jovem, tinha como característica fundamental orientar a educanda para um caminho de santidade.

Para isso, a menina entregue às mãos das Irmãs era um ser em construção que, para desenvolver todas as suas potencialidades, deveria ter uma direção educativa muito bem definida e disciplinada, para não se permitir o risco de uma formação desordenada, influenciada pela vontade livre, emoções não contidas, instintos, disposições inatas, desejos impuros.

Por todas as regras que transparecem nos regulamentos, pela rigidez da rotina cotidiana, pelas práticas pedagógicas, pelos exercícios espirituais, pela obediência irrestrita, pelos moldes de socialização, pelo respeito às autoridades institucionais, pelo controle de manifestações externas de sentimentos, pelos rituais escolares, o alunado era direcionado a ter um aprendizado de excelência aliado a uma formação moral que submetesse sempre a razão à fé, o intelecto ao espírito.

Embora cada menina se relacionasse consigo mesma e com as outras colegas e Irmãs através da linguagem, essa linguagem era unificada, pelos termos a serem empregados, pelos gestos permitidos, pelo tom de voz, demonstrando que a aluna do Colégio Patrocínio tinha uma identidade muito bem definida, reconhecida onde quer que se encontrasse. Os gestos eram considerados como a expressão física e exterior da alma.

Portanto a educação lá recebida manifestava-se na aquisição não somente de conhecimentos, mas numa postura específica de bem comportar-se, nos parâmetros das virtudes evangélicas, tanto dentro da instituição como na vida em família e na sociedade como um todo. Salientava-se a aluna do Patrocínio de Itu, pela delicadeza dos gestos, pelo modo discreto e severo de se trajar, pelo domínio da língua francesa, pelo aprendizado do piano, pelo manuseio da agulha com bordados e rendas, pela moralidade, pela personalidade formada dentro dos mais ilibados padrões de dignidade.

A música, a pintura, os trabalhos de agulha, constituíam para essas meninas os complementos obrigatórios da instrução e do refinamento intelectual. Eram extremamente presentes.

O piano era o instrumento por excelência. Era indispensável em qualquer sala, signo de riqueza e cultura. Conhecer a música e saber apreciá-la eram traços de uma boa educação. Através dos exercícios da música e pintura, as meninas desenvolviam a paciência, a minúcia, senso de harmonia, perfeição, todas qualidades essenciais à futura mãe, esposa e dama da sociedade nos eventos de caridade.

A circulação no Colégio era vigiada para representar o controle contra amizades isoladas, e a presença das meninas em espaços públicos de Itu só ocorria em datas especiais e celebrações, com participação em missas, procissões, novenas, rezas. Jamais poderiam essas atividades ser configuradas como lazer; eram, pelo contrário, momentos de piedade, que, com a graça de Deus, talvez suscitasse algumas vocações religiosas.

Não há de se negar que as regras da *Ratio Studiorum*, irrestritamente cumpridas, concorreram para essa esmerada educação, meio eficaz para garantir uma formação marcada pelas práticas religiosas, estratégias impeditivas de quaisquer transgressões morais. Ensinavam-se as formas apropriadas de se sentar e caminhar, de falar de forma recatada, silenciando seus anseios particulares.

Interessante, nesse estudo, foi a percepção de como a Congregação, ao instalar-se em Itu, conseguiu superar todas as resistências, e muito mais, impor-se como um colégio de vanguarda para onde as famílias da oligarquia cafeeira mandavam suas filhas, as quais receberiam educação francesa, condição imprescindível para uma dama da sociedade ou para aquelas que optassem pela vida religiosa.

Parece-nos não ser leviano afirmar que os pais de nível socioeconômico privilegiado sentiam-se seguros ao enclausurar suas

filhas no Colégio Patrocínio de Itu, onde estariam livres das perversidades do mundo. Na realidade, o Colégio passou a ser considerado de elite, respeitado não só no estado de São Paulo, mas transpondo fronteiras por esse Brasil afora, pelo prestígio de que gozava.

Não se pode negar também que a educação feminina sofria a influência ultramontana, pois, na maneira feminina de viver a religiosidade, as mulheres tinham papel bem diferenciado do homem, no que tange às práticas espirituais e de piedade, à passividade e à submissão. A mulher era a alma, o coração, enquanto o homem era o cérebro, a força. E na vivência eclesial detinha o mando, a hegemonia.

Tudo isso, obviamente, refletia-se nas metodologias e práticas pedagógicas para bem atender a essas dicotomias sociais e eclesiais, uma vez que se esperavam comportamentos e papéis bem diversos dos homens e das mulheres, as quais deveriam ser boas mães, dedicadas integralmente ao lar, “guardiãs da moral”. Para tanto, a verdadeira vocação profissional feminina era o casamento e a maternidade, permeados de abnegação, sacrifício, cuidado, amor, vigilância, dedicação, proteção, construção do espaço doméstico como sustentáculo da sociedade.

Um aspecto muito marcante a ser pontuado é o fato de as freiras, ou seja, as Irmãs de São José de *Chambéry*, serem praticamente as primeiras a exercerem uma profissão - o magistério - enquanto a grande parte da população feminina de Itu era “do lar”. Traziam, no entretanto, uma formação europeia para uma cidade brasileira, constituída por uma classe de fazendeiros e proprietários de comércio urbano, mas também por uma classe mais simples de trabalhadores braçais. Os senhores de fazendas, em geral, financiavam instituições religiosas, como meio de receber títulos honoríficos ou “benesses” celestiais, como perdão de suas faltas, e muitos deles ofertaram polpudas doações ao Colégio.

A exigência das condições para o ingresso no Colégio do Patrocínio significava impedimento para mestiças, negras e filhas de famílias pobres, o que poderia significar um preconceito quanto a tendências de sensualidade acentuada e mal comportamento. Às crianças ricas as irmãs destinavam a escola; às pobres, o asilo. Dessa forma, pudemos pressentir que a riqueza, o poder político e a Igreja se preservavam.

A educação dessas órfãs era bastante servil. Elas recebiam a doutrinação religiosa, primeiras letras e prendas domésticas próprias da condição de órfãs.

Preconizavam “servir a Deus através do homem”. A concepção subjacente a essa prática é que cada classe social deve receber um quinhão determinado de cultura de acordo com as funções que desempenha na sociedade.

Diante desse elitismo, somente filhas de famílias com condições financeiras satisfatórias, condicionadas a uma sociedade escravocrata, onde a dominação da raça branca era absoluta, poderiam ser admitidas no Colégio, tornando-se fator de prestígio social lá estudarem.

Os princípios educacionais jesuíticos, com suas normas, as aulas, os componentes curriculares, a exigência de estudo rigoroso, os uniformes sóbrios encobrindo na íntegra o corpo da aluna, tornando-o quase que assexuado, as leituras de vida de santos, as orações, as penitências, o prédio, o pátio, o refeitório, os dormitórios, as salas de piano, os corredores, os quadros, as imagens, a capela, enfim, tudo fazia do Colégio um espaço destinado a transformar meninas em damas cultas, plenas de virtude e religiosidade, capazes de constituírem uma família íntegra. Também muitas estratégias eram utilizadas repressivamente, como a censura da correspondência, dos livros e revistas, dos temas tratados em sala de aula, das conversas descontraídas...

Todos os movimentos das alunas eram regulados, a formação da educanda também se dava pela organização e ocupação dos espaços e utilização do tempo, evitando-se a ociosidade, e ainda se forjava o caráter pelo permitido e pelo proibido. Uma leitura crítica dos Regulamentos escolares e do *Ratio Studiorum* fez-nos acreditar que tal rigidez e severidade cultivadas eram o eco de todos os discursos da época limite desse estudo, pois uma vez que a representação da mulher era um ser mais frágil que o homem, destinada à vida religiosa ou ao lar, seria necessário provê-la de uma educação condizente com tudo isso, como era a ministrada no Colégio Patrocínio.

(...)

Todavia, apesar das restrições eclesiais à mulher, Madre Teodora, pela sua atuação em Itu, atingiu um patamar que a elevou a um respeito muito grande no campo da educação e da santidade. A percepção da capacidade educativa do Colégio Patrocínio de Itu é inegável, no plano da difusão da educação feminina. (CUNHA, 1999, p. 114).

Isso se deve fundamentalmente ao excelente trabalho realizado pela Madre Maria Teodora Voiron, professora que já assumia o papel reflexivo, tão defendido por diversos autores da área, como Nóvoa (2009) em sua obra “Professores: imagens do futuro presente”:

Será que, hoje, muitos professores não são bem menos reflexivos (por falta de tempo, por falta de condições, por excesso de material didático pré-preparado, por deslegitimação face aos universitários e aos peritos) do que muitos dos seus colegas que exerceram a docência num tempo em que ainda não se falava do “professor reflexivo”? Numa palavra, não vale a pena repetir intenções que não tenham uma tradução concreta em compromissos profissionais, sociais e políticos. (NÓVOA, 2009, p. 22).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, fundado em Itu, em 1859, foi a primeira instituição educacional confessional católica da província de São Paulo destinada à educação de meninas e dirigida por uma congregação religiosa francesa. No contexto da história da época, a instalação de escola confessionais pelo mundo deve ser entendida como ação estratégica da igreja Católica para afastar, ou, minimizar a influência do pensamento moderno que se propagava, juntamente com a defesa da laicidade do ensino. À respeito, basta lembrar que em 1832, a Encíclica *Mirari Vos* do Papa Gregório XIV, alertava para os males que as novas ideias poderiam trazer como consequência das novas teorias, propostas e metodologias de ensino, e, do que era apregoado como interesse intelectual em prática nos liceus e academias.

A Congregação das Irmãs de São José de *Chambéry* e a figura de Madre Maria Teodora Voiron como representante desta Congregação no Brasil e sua participação foram fundamentais no desenvolvimento de uma proposta educacional feminina voltada para a formação religiosa e moral.

Madre Teodora foi colocada no posto da direção da Congregação com apenas 24 anos de idade, ainda jovem e com atributos singulares que até então não justificavam a sua indicação para assumir uma função de tamanha envergadura. No entanto, permaneceu por quase 66 anos como Superiora do Colégio, até sua morte, em 1925.

A vinculação desta Congregação com parte da oligarquia paulista que, juntamente com o clero, na pessoa de D. Antônio Joaquim de Melo, incentivou e facilitou sua implantação em solo ituano, tornando-se importante na difusão de uma proposta educacional feminina compatível com os interesses do catolicismo e valores fundamentais da época; preocupando-se em formar jovens damas aptas ao convívio social, mães e educadoras de seus filhos, mediante o refinamento e aprimoramento de maneiras e modos de vida, sempre atrelada ao lastro religioso preceituado pela moral ultramontana, ou seja, educar solidamente as mulheres na prática de virtudes, amor à religião e afeto às obrigações que ela impõe, recebendo ornamento cultural compatível com o lugar que ocupa ou ocupará na sociedade.

Em suma, o objetivo mais amplo seria: modelar o caráter da educanda conforme os preceitos morais e católicos através da prática de virtudes, do conhecimento das práticas religiosas. Assim sendo, elas seriam cultas, polidas e, acima de tudo, cristãs, católicas convictas que difundiriam na família e na sociedade os valores do catolicismo.

Nesta análise, observa-se que os artigos do estatuto do colégio tinham o objetivo, por exemplo, de mostrar qual a função da mulher: o dever de mãe e de esposa, revelando a intenção de proteger este papel feminino contra as mudanças de um mundo em transição. Saber línguas estrangeiras, obter noções de algumas ciências, não afetaria o papel da mulher.

Visualiza-se através desta pesquisa que Madre Teodora encarnou um ideal de formação de mulher, síntese de todas as virtudes e de toda moral compatível com os valores católicos da época.

A Congregação de São José de *Chambéry* publicou duas biografias de Madre Teodora: uma em português, em 1937, e outra em italiano, em 1953. Uma terceira biografia foi publicada por Olívia Sebastiana Silva, em 1979. Uma mulher que se tornou um baluarte da Congregação de São José de *Chambéry* no Brasil e que, por isso, seu exemplo merece atravessar fronteiras uma vez que essa religiosa permaneceu na administração de 1859 a 1925.

O projeto educacional feminino da Congregação desenvolvido, por intermédio de Madre Maria Teodora, como superiora, se transmuta e se torna objetivo. Perpassou todo ideal de educação, ancorada numa cultura religiosa de piedade e fé, desenvolvendo e assegurando nas educandas valores espirituais eternos, através de práticas e ritos.

As biografias sobre Madre Maria Teodora, revelam e exaltam principalmente suas virtudes. Contudo nas entrelinhas, às vezes, revela-se muito mais do que o que se acha explicitamente colocado nas linhas de um texto. Um exemplo disso pode ser abstraído das biografias sobre a madre quando há referências a possíveis insatisfações de parcela da sociedade quanto à vinda das irmãs para o Brasil. Em certas passagens, aparecem como atitudes dos maus, inconformados com a presença daquelas que se acham laborando em nome de Deus.

As atividades das Irmãs de São José de *Chambéry* tinham o aval e domínio da oligarquia, o sistema de ensino foi organizado e projetado para durar, como de fato durou por muito tempo. O Colégio Nossa Senhora do Patrocínio funcionou regularmente de 1859 a 1970, firme e fiel a seus princípios.

Nesse contexto, o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio representou o entrecruzamento de forças sociais: a Igreja, a oligarquia e o Estado que estabeleciam uma educação conservadora e através dela a visão ultramontana romântica do mundo.

Um dos principais questionamentos feitos durante este estudo, e para o qual ainda não temos resposta, é sobre o porquê do encerramento do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio em Itu, após a década de 1970, já que em termos de modelo educacional, os jesuítas não retrocederam, tendo em vista ainda serem um dos cinco pilares do Código Canônico. Todavia, politicamente o modelo confessional jesuítico estabelecido pela Madre Teodora em Itu perdeu espaço e identidade ao longo do tempo e da história.

Também causa estranheza que a sociedade ituana não tenha recorrido à intervenção do poder público local, no sentido de preservar o patrimônio físico do Colégio, incluso no perímetro histórico-cultural da cidade, como um bem da coletividade, já que até hoje a figura da Madre Teodora é invocada como figura notória.

Não se pode ignorar, é verdade, que todo referencial do modo católico de pensar é a vida espiritual pós-morte, o reino celeste. Posto assim, tudo quanto possa significar um obstáculo à ascense humana deve ser afastado, proibido e, em última análise, eliminado, por exemplo, toda pesquisa científica que negue a existência de Deus ou leva a práticas sociais e individuais contrárias à doutrina católica.

Somam-se a isso as novas teorias sobre a educação dos séculos XVIII e seguintes, que lançaram as bases da pedagogia moderna: escola pública, laica e gratuita, ameaçando o monopólio da Igreja sobre a educação.

O recorte histórico escolhido para análise nesta dissertação não teve a pretensão, pela vastidão e importância do assunto, de responder por si só, qual a melhor maneira de conduzir este estreito e permanente entrelaçamento de forças, interesses e intervenções acionados pela tríade sócio-político-econômica atuantes na educação. Contudo, pretende possibilitar uma visão crítica, à luz do contexto

histórico em transição,(1889 a 1930), na Província de São Paulo, cidade de Itu; celeiro de riqueza e interesses econômicos e políticos, através do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio.

Nesse sentido, acredito que esta pesquisa contribua como fonte de consulta para que novas pesquisas sejam desenvolvidas, com vistas a manter o tema em discussão e as considerações feitas, levadas à prática por parte daqueles que embuídos de verdadeira vocação e poder para implementar novas práticas educacionais, repousem seus olhares e mentes nas bases históricas e questões com as quais a educação vem se deparando e para as quais vem buscando um convívio mais equânime, que atenda as permanentes inquietações que permeiam a formação das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **História dos Bispos e Arcebispos**. Disponível em: <http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-antonio-joaquim-de-melo>. Acesso em 16 out. 2016.

AZZI, R. **Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950)**. Um enfoque histórico. In: RIBEIRO, I. Sociedade brasileira contemporânea. Família e valores. São Paulo: Loyola, 1987. p. 85-120.

BAUER, C. **Apontamentos sobre a produção do conhecimento científico e a construção do conceito de historicidade**. v. 18, n. 1: Londrina: História & Ensino, 2012. p. 71-87.

BOSCHETTI, V. R. **Ora Et Labora: A Educação Feminina em Sorocaba na perspectiva beneditina**. Goiás: Universidade Católica, 2006.

CARVALHO, M. D. d. **Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho: Educando as donzelas de Taubaté**. Campinas: 2011. p. 24.

CORDEIRO, A. L. **Religião e projetos educacionais para a nação: a disputa entre metodistas e católicos na Primeira República Brasileira**. Horizonte: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, Dez/2005. p. 110 -124.

CUNHA, M. I. G. d. **Educação Feminina numa Instituição Total Confessional Católica Colégio Nossa Senhora do Patrocínio**. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

DERVOU, D. **Histórias do colégio Nossa Senhora do Patrocínio de Itu**. Disponível em: < <http://historiasdocolegiopatrocinioitu.blogspot.com.br/>>. Acesso em 12 jan. 2017.

DICIONÁRIO POLÍTICO. **Hegel, Georg Wilhelm Friedrich**. Marxists Internet Archive. Dicionário Político. Sem data de publicação. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/h/hegel.htm>>. Acesso em 17 jan. 2017.

FARIA, C. C. d. **Vida e Obra de Madre Teodora**. São Paulo: Academia Cristã de Letras, 1977.

FERREIRA, H. d. O. **Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio: um instrumento de educação feminina na Zona do Alto Paranaíba em Minas Gerais / 1928-1950**. Franca: UNESP, 2006.

FRANCISCO, L. R. **Madre Maria Teodora Voiron: Educadora, empreendedora, venerável**. Revista Regional, 2015. p.34-36.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

G1, G., 2013. **Novo Papa** - história dos Jesuítas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/novo-papa-francisco/noticia/2013/03/veja-historia-dos-jesuistas-ordem-religiosa-do-papa-francisco.html>>. Acesso 17 jun. 2016.

INSTITUTO PLINIO CORRÊA DE OLIVEIRA. **Catolicismo e contra-revolução no Brasil dos séculos XIX e XX**, 2011. Disponível em: <<http://ipco.org.br/ipco/catolicismo-e-contra-revolucao-no-brasil-dos-seculos-xix-e-xx/itu-2/#.WBPLYfkrLIU>>. Acesso em 10 out. 2016.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. **Religiosidade e arquitetura das igrejas atraem turistas**. Jornal do Cruzeiro do Sul: Turismo. Equipe Online, 2015. Disponível em: <<http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/608180/religiosidade-e-arquitetura-das-igrejas-atraem-turistas>>. Acesso em 17 jan. 2017.

JORNAL DO COMMERCIO. **Os jesuítas: uma ordem religiosa criada no século XVI**. UOL – O Melhor Conteúdo, 2013. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/internacional/noticia/2013/03/14/os-jesuistas-uma-ordem-religiosa-criada-no-seculo-xvi-76439.php/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

LEONARDI, P. **Congregações Católicas Docentes no Estado de São Paulo e a Educação Feminina: Segunda Metade do Século XIX**. Campinas, 2002. p. 1255-1265.

MACRUZ, R. **Histórias de Itu: blog dedicado a memória histórica da cidade de Itu/SP, suas paisagens, crônicas e personalidades que contribuíram para a construção da “Roma Brasileira”, 2012**. Disponível em: <http://historiasdeitu.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html>. Acesso em 10 out. 2016.

MANOEL, I. A. **O Início da Educação Católica Feminina no Brasil (1859-1919): Os colégios das "Freiras Francesas"**. Texto reescrito, revisado e ampliado de uma palestra proferida na Universidade do Sagrado Coração, em Bauru, Estado de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.edu.uy/pdf/pe/v5n1/v5n1a07.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2017.

MARÇOLA, F. H. P. **Memórias da República e da Educação: Cesário Motta Junior e a Conveção de Itu/SP (1873)**. In: X JORNADA DA HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL (HISTED BR) – História da Educação: Intelectuais, Memória e Política. Bahia: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2011.

MARSON, L. E. d. L. **Municipalização do ensino entre a utopia e a indução: Itu – um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2009.

NARDY FILHO, F. **A cidade de Itu**. Volumes 1 a 6. Itu, SP: Ottoni, 2006.

NEGRÃO, A. M. M. **Da Infância à Aduldez**: Memória tecendo a trajetória de vida das acolhidas pelo asilo de órfãos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Campinas: Revista Contemporânea de Educação, 2009. p. 96-116.

NÓVOA, A. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, A. C. d. **O Trabalho da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry em Jaú**, 2009. Disponível em:

<<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=217>>. Acesso em 04 abr. 2016.

OLIVEIRA, M. M. d. **As origens da educação no Brasil**: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, vol. 12, 2004. p. 945-958.

REIS FILHO, C. d. **A Educação e a Ilusão Liberal**: Origens do Ensino Público Paulista. 2. ed. Campinas : Autores Associados, 1995.

RIBEIRO, A. I. M. **Mulheres e Educação no Brasil**. Colônia: Histórias Entrecruzadas. HISTERDB - Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil, 2007. p. 25.

ROGERS, R. **Congregações Feministas e difusão de um modelo escolar**: uma história transacional. Pro_Posições, vol 25, 2014. p. 55-74.

SANTOS, R. d. C. G. d. **A Educação das Meninas em Pelotas**: A cultura escolar produzida no internato confessional católico do Colégio São José (1910-1967). Pelotas: Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SAPATERRA, A. P. **Colégios Católicos Femininos**: A educação no Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. VERBUM - Cadernos de Pós-Graduação, 2012. p. 48-65. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/8025>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 133-215.

SAVIANI, D. História da História da Educação no Brasil: Um balanço prévio e necessário. **Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares**, 27 a 29 Agosto de 2008, p. 16.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUZA, R. F. d. **Classes Populares e Educação na Primeira República**: Problemas, Valores e Lutas. Em: Campinas: UNESP, 1991.

SOUZA, R. F. Demandas Populares pela Educação na Primeira República: Aspectos da Modernidade Brasileira. **Revista Educação e Filosofia**, 1992, p. 63-70.

SOUZA, R. F. **Templos de Civilização**: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo, 1890-1910. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, R. F. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, D. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 33-84.

SOUZA, I. R. **O estado laico brasileiro**: teoria e prática. Poxoréu, 2008. Reeditado em 13/09/2014. Disponível em: <
<http://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos/1299878>>. Acesso em 11 jan. 2017.

ZVEIBIL, V. H. B. **Machado**: retrato de família. São Paulo: V. H. B. Zveibil, 2000.

ANEXOS

Anexo A: Impresso que os pais recebiam ao matricularem suas filhas.

